

ATA N.º 04/2019

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE
VARZIM, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019**

Aos dezassete dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, aconteceu a sessão ordinária da Assembleia Municipal, com a presença dos seguintes membros deste Órgão Deliberativo: -----

- Afonso Manuel Pinhão Ferreira, -----
- Joaquim da Silva Vianez, -----
- Miguel Pedro Duarte Pinto, -----
- Teresa Silva de Castro Lopes, -----
- Rui Avelino da Silva Coelho, -----
- José João Soares Miranda Coelho, -----
- Edgar Alberto Marques Torrão, -----
- Ana Margarida Vieira Freitas da Silva, -----
- Tiago Oliveira, -----
- André Manuel Pinho Neves Tavares Moreira, -----
- Luís Miguel Mendes Gamito, -----
- Cristiana Sofia Gomes Vilaça de Campos Fernandes, -----
- Maria Lia Nunes Dias, -----
- Paulo Sérgio Fontes de Almeida, -----
- Eduardo Gastão Ramos Gonçalves Antunes, -----
- Rui Silva, -----
- Vítor Eduardo Ferreira Pinto, -----
- Diana Duarte Vianez, -----
- Susana Amorim Martins, -----
- Joaquim Artur Salazar Castelo Branco, -----
- Ricardo dos Santos Cadilhe, -----
- Hugo Fernando Carvalho Gonçalves, -----

- João Maria de Freitas Pereira, -----
- João Miguel Lopes Martins, -----
- Sónia Maria dos Santos Araújo, -----
- José Miguel Carneiro Neta Ribeiro, -----
- Ana Francisca Rigor Trocado Ferreira, -----
- José Martins Loureiro de Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Balasar, -----
- José Armandino Gomes Domingues, Presidente da Junta de Freguesia da Estela, -----
- António Moreira Pontes, Presidente da Junta de Freguesia de Laúndos, -----
- Paulo João Lopes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Rates, -----
- Carlos Alberto Mações Gondar, Presidente União das Juntas de Freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso, -----
- Fernando Eusébio Correia Rosa, Presidente União das Juntas de Freguesias de Aguçadoura e Navais e -
- José Ricardo dos Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Juntas de Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, -----

Faltaram à sessão, tendo-se feito substituir, os seguintes Deputados Municipais: António Jorge Serrano Paulo Almeida, Eduardo Gastão, Joaquim Castelo Branco. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: Aires Henrique do Couto Pereira, Presidente da Câmara Municipal, Luís Diamantino Carvalho Batista, Vice-Presidente, Andrea Luísa Neiva Maia da Silva, Vereadora, José Luís Ferreira da Silva Ramos, Vereador, Maria Lucinda Amorim, Vereadora, Marco Afonso da Cunha Martins Barbosa, Vereador, Miguel Fernandes, Vereador. -----

ABERTURA DA SESSÃO -----

PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AFONSO PINHÃO FERREIRA -----

Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim e no uso da competência conferida pela Regime Jurídico das Autarquias Locais dou inicio a esta Assembleia Municipal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DEPUTADO ANDRÉ TAVARES MOREIRA (PSD) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

VOTO DE PESAR -----

Há 78 anos, nesta cidade, nasceu um dos homens que levou consigo o nome da Póvoa nas suas raízes. E se há característica que marca indelevelmente cada um de nós, os poveiros, é a força das nossas convicções. -----

Nesse propósito, Freitas do Amaral disse "segundo a nossa conceção de vida, todos os homens são iguais e profundamente solidários. Também nós, por isso, desejamos sinceramente atingir um dia o ideal da sociedade sem classes.". Foi essa fiel doutrina aos seus ideais que explicam o diversificado historial político de Freitas do Amaral e que não o impediram de assumir funções e responsabilidades, muito distintas ao longo do seu percurso. -----

A um percurso político rico e diversificado, não podemos deixar de recordar o orgulho com que o país recebeu a sua nomeação para Presidente da quinquagésima Assembleia Geral da ONU. Aí também deixou a sua marca - tendo recentemente sido recordado por António Guterres - por ter sido o primeiro Presidente de AG a ficar todo o ano em Nova York, com isso demonstrando a importância do Órgão a que presidia e de respeito pela função acometida. Mas não só por aqui se ficou Freitas do Amaral, as suas brilhantes e esclarecidas lições de Direito Administrativo continuam a inspirar os juristas, juízes e legisladores, e é na aplicação desse mesmo direito e nos seus cânones interpretativos que podem ser encontradas reminiscências da sua visão sob o papel do Estado e a sua execução no contacto com o cidadão. Além da sua vasta obra académica é possível encontrar obra publicada que nos reconduz a temas históricos que nos ajudam a encontrar a nossa identidade, enquanto portugueses. A eloquência e a verticalidade com que abordava assuntos desconfortáveis, granjearam-lhe o respeito dos seus pares, mas sobretudo dos seus adversários. Por ocasião da sua morte, num extenso e detalhado Obituário, o Jornal Público afirmou que "A direita não lhe perdoou as mudanças de percurso como a esquerda nunca esqueceu a sua origem. Fundou um partido e morreu politicamente só, "Mais do que um enquadramento numa determinada geometria política, Freitas do Amaral seguia os seus valores e era aquilo que se pode chamar um "radical de centro", foi o próprio que o afirmou "Houve uma primeira fase em que, com o país demasiado virado à esquerda, acentuei sobretudo valores de direita. E uma segunda fase em que, julgando eu que o país estava demasiado virado à direita, acentuei sobretudo valores de esquerda." -----

E na memória deste poveiro, exímio profissional e distinto cidadão pela construção permanente de uma

democracia livre e responsável, que propomos o presente voto de pesar.”-----

DEPUTADO JOAQUIM CASTELO BRANCO (CDS)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Nós também tínhamos uma Proposta para apresentar relativamente à morte do Professor Feitas do Amaral. Nessa conformidade, iremos subscrever esta aqui apresentada.-----

VOTAÇÃO DO VOTO DE PESAR-----

A Voto de Pesar foi aprovado por maioria, com a abstenção do Bloco de Esquerda.-----

DEPUTADA DIANA VIANEZ (PAN)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

MOÇÃO-----

NÃO EXCLUSÃO DAS PESSOAS SURDAS DA VIDA DEMOCRÁTICA DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS-----

Considerando que:-----

1.A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável refere:-----

a) No Objetivo 4, a necessidade de assegurar até 2030 a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo aqui as pessoas com deficiência;-----

b) No Objetivo 10, relativo à redução das desigualdades, que duas das metas são, até 2030, imponderar e promover a inclusão social, económica e política de todas as pessoas, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra e garantir a igualdade de oportunidades, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;-----

c) No Objetivo 16, a necessidade de “desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes”, garantindo a “tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa” e ainda a necessidade de acautelar o “acesso à informação e proteger as liberdades fundamentais”, em conformidade com a legislação nacional e acordos internacionais.-----

2) A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que não só reconhece os direitos das pessoas com deficiência, como proíbe a sua discriminação em todas as áreas da vida e responsabilizando toda a sociedade pela criação de condições que garantam estes direitos, determina no artigo 9.º, n.º 2,

alínea e) que os Estados Partes desenvolvam medidas apropriadas para “providenciar formas de assistência humana ou animal e intermediários, incluindo guias, leitores ou intérpretes profissionais de língua gestual portuguesa, para facilitar o acesso a edifícios e a outros equipamentos abertos ao público”.

3)A Estratégia Europeia para a Deficiência (2010-2020) sublinha a importância de eliminarmos as barreiras que se colocam às pessoas com deficiência, de modo a que estas possam usufruir de todos os seus direitos e participar na sociedade e na economia. Para tal são identificadas oito grandes áreas de atuação, das quais destacamos acessibilidade, participação, igualdade, emprego, educação e formação. -----

4)A Língua Gestual Portuguesa é a língua utilizada pela Comunidade Surda portuguesa, consubstanciando inclusivamente uma matéria consagrada na Constituição da República Portuguesa desde 1997, Lei n.º 1/97, de 20 de setembro, no artigo 74.º, número 2, alínea h), o qual dita que “na realização da política de ensino incumbe ao Estado (...) proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades”. -----

5)Segundo o artigo 2º da Lei 89/99 de 5 de julho, consideram-se Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (L.G.P.): “os profissionais que interpretam e traduzem a informação de Língua Gestual para a Língua Oral ou Escrita e vice-versa, de forma a assegurar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes” funcionando o Intérprete L.G.P. como elo de inclusão entre as pessoas surdas e ouvintes, não podendo ser visto como algo supérfluo, mas uma necessidade premente para esta comunidade. -----

6)O acesso à informação e a possibilidade de comunicação são imprescindíveis para a qualidade de vida das pessoas e para o exercício dos direitos que lhes são conferidos em democracia. É essencial que as políticas e decisões garantam a ligação plena entre pessoas, lugares, bens, serviços e oportunidades económicas, sem condicionamentos. Acontece que atualmente não estão asseguradas as acessibilidades de pessoas surdas a todos os serviços públicos, nomeadamente ao direito à informação, não existindo por isso igualdade de oportunidades. -----

O grupo municipal do Pessoas-Animais-Natureza (PAN) propõe que a Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, na sua Sessão Ordinária de 17 de outubro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim: -----

1)A disponibilização de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa nas sessões de plenário da Assembleia Municipal, bem como em todas as reuniões públicas de Câmara, sob um sistema de reserva prévia, a

pedido da cidadã ou cidadão surdo, devendo essa mesma inscrição ser feita até 48 horas antes das sessões públicas; -----

2) Que avalie as necessidades de acessibilidade aos serviços públicos por parte da comunidade surda, no sentido de lhe prestar o devido apoio, auscultando as associações representativas das pessoas com deficiência, e, em especial, a comunidade surda”. -----

ADMITIDA A MOÇÃO-----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO-----

A Moção foi aprovada por unanimidade. -----

DEPUTADA SONIA ARAÚJO (PSD)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

A minha intervenção vai focar-se nas políticas do nosso Município para um concelho mais sustentável e mais saudável e nas iniciativas da Semana Europeia da Mobilidade. -----

A sustentabilidade é um conceito fundamentado em alternativas ecologicamente adequadas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas. Ou seja, ser sustentável é respeitar o meio ambiente, suprimindo as necessidades da atual geração, sem comprometer o seu sustento e o das futuras gerações. -----

Numa altura em que se fala que “não há planeta B”, que crescem os movimentos de estudantes alertando para os efeitos negativos de gases com efeito estufa e nas alterações drásticas no clima do nosso Planeta, e cujos protestos têm como destino muitas vezes as autarquias locais por nada fazerem, na qualidade de membro desta assembleia, resolvi analisar as políticas do Município da Póvoa de Varzim a este nível.-----

Verificamos então que na Póvoa de Varzim existem várias medidas permanentes para tornar o nosso concelho mais saudável e mais sustentável. Vou enumerar aqui dez dessas medidas que focam várias *nuances*:-----

- 1 - Desde logo com a discriminação positiva do pagamento de estacionamento para viaturas elétricas; ---
- 2 - A existência de uma frota de veículos do município movidos a energia limpa; -----
- 3 - Existência de 5 ciclovias e ecopistas com mais de 27 kms de extensão; -----
- 4 - Mais de 70 locais de estadia ou parques para bicicletas; -----
- 5 - A redução de velocidade para 30km/h nos locais próximos de escolas e de estruturas de acesso de

crianças e séniores, para aumentar a segurança de quem anda a pé ou de bicicleta; -----

6 - A remodelação do bairro da Matriz apostando na mobilidade, aumentando os passeios, eliminando o trânsito parasita, reduzindo o ruído e poluição automóvel; -----

7 - O novo concurso de transportes públicos;-----

8 - A iniciativa passo ao minuto e pedalo ao minuto que traduz as distâncias entre vários pontos estratégicos da cidade em minutos conforme se realize a pé ou de bicicleta; -----

9 - A instalação de sistemas como as campanhas “Porta-a-porta” sensibilizando e incentivando à reciclagem e “reciclar para ganhar” tornando a reciclagem como uma prática regular nas famílias; -----

10 - A existência das hortas urbanas contribuindo para um nível maior de autossuficiência e ajudando, em algumas situações, para a resolução de problemas de pobreza e de exclusão; -----

Poderia continuar a enumerar outras medidas concertadas concretizadas pelo nosso Município com vista a tornar o nosso concelho mais saudável e sustentável. -----

Cabendo ao município a tarefa de sensibilizar os cidadãos e os agentes económicos para esta transformação, envolvendo por um lado os cidadãos, as empresas, as escolas, as associações na elaboração e execução das estratégias de sustentabilidade, Paulo Lemos, secretário de estado do ambiente entre 2011 e 2015 refere que “uma aposta numa cidade mais circular aumenta respetiva resiliência e competitividade para além de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos ao reduzir a poluição. Contribuir para essa transformação é um desafio para os cidadãos e para os autarcas.” -----

É neste contexto que a Semana Europeia da Mobilidade, que se realizou de 15 a 22 de setembro, está perfeitamente alinhada com a estratégia do município de promoção da mobilidade sustentável e saudável e visou acima de tudo sensibilizar a população para estas novas formas de movimento na cidade: caminhadas em ambiente urbano com público sénior, *workshops* nas escolas sobre mobilidade, comemoração no dia 22 de setembro - Dia Europeu sem carros - com o encerramento da Avenida dos Banhos ao trânsito, promovendo um passeio coletivo de bicicleta e uma caminhada coletiva que envolveu cerca de 500 participantes, complementado com alguma animação de rua e um *briefing* de segurança pela PSP a propósito da circulação nas ciclovias. Enquadrada também no programa esteve a caminhada de cerca de 13 km pela antiga linha de caminho de ferro entre Póvoa de Varzim e Rates e que contou com cerca de 130 caminhantes e na qual tive o gosto de participar. -----

Recordo então as palavras do nosso Presidente da República referindo que “em nome do planeta onde vivemos, das gerações presentes e futuras, dos nossos filhos, dos nossos netos, mas também de nós próprios, temos de mudar” e reforço com as palavras do nosso Presidente da Câmara que refere que “é a atitude de cada um de nós que é o mais importante na mudança da sustentabilidade do planeta”. -----

As cidades que promovem modos de mobilidade suaves - entenda-se o uso da bicicleta ou caminhada em vez do uso do automóvel, são consideradas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), cidades mais atraentes, têm menos congestionamento e têm uma maior qualidade de vida. A nossa terra tem tudo isto para funcionar e por isso podemos afirmar: “É bom viver aqui!” Saibamos todos fazer jus a este lema com as nossas práticas!”-----

DEPUTADO HUGO GONÇALVES (PS) -----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

Como é público e notório, tive a honra a candidato à AR e isso deu-me uma oportunidade especial para nas últimas semanas ter estado diretamente a falar com centenas de poveiros, ouvir as suas reivindicações, os seus desejo e anseios.-----

Houve três temas de impacto local como passarei a explicar. -----

- A necessidade de um novo paradigma de mobilidade e o papel fundamental dos transportes Públicos;
- A carência de espaços verdes; -----
- A mobilização dos mais jovens para as causas ambientais; -----

E se repararmos eles estão naturalmente ligados, porque se há algo que temos que ter como ponto assente é que o combate às alterações climáticas não é um sacrifício, não é sequer altruísmo, é mesmo um combate pelo nosso bem-estar e em última linha pela nossa sobrevivência coletiva. -----

Tem-se ganho o hábito de dizer que não há planeta B: mas o que não há mesmo é humanidade B: O planeta vai continuar por cá, já existia muito antes de nós e vai existir muito para além de nós: nós é que provavelmente não vamos conseguir habitá-lo. -----

A chave deste processo passa pela descarbonização da nossa economia e sociedade e de conseguirmos atingir uma neutralidade carbónica, isto é um balanço neutro entre as emissões de gases com efeitos de estufa e o resgate desses gases principalmente através dos nossos sumidouros naturais, as florestas e os solos.-----

E, para isto é fundamental aprofundarmos o caminho da transição energética, desde logo das energias, a adoção da energia renováveis da eletrificação da economia e sociedade, mas também como nos movemos (em transporte individual). -----

Um novo paradigma de transportes público serve integralmente este propósito e junta uma pretensão social, que é mesmo ajudar as pessoas no seu dia a dia. -----

Nós temos óbvias carências na mobilidade dentro do nosso próprio concelho. -----

Temos um problema crónico de estacionamento, acompanhamento de uma quase inexistente rede de transportes públicos. -----

Quanto mais longe do centro da cidade mais as pessoas o sentem. Nós temos pessoas que estão verdadeiramente fechadas nas suas freguesias e dependentes da boa vontade dos pais, da família ou dos vizinhos. Sabemos hoje que apenas 6 % dos poveiros utilizam transportes públicos, em contrapartida 69% utiliza automóvel. E isto não é má vontade dos poveiros, é claramente ausência de alternativas. -----

Há longos anos que temos defendido, ininterruptamente, que seja desenvolvido um plano de mobilidade na nossa terra e entendemos sempre que o desejável seria que o mesmo pudesse ser desenhado segundo uma lógica intermunicipal com Vila do Conde. -----

Sabemos hoje que o município está de acordo com esta pretensão e que o concurso público por parte da AMP deveria acontecer agora em outubro. -----

E, por isso, gostaríamos de ter um esclarecimento sobre qual é o ponto de situação. Mas, mais importante, quando é que esta proclamação ganha vida. -----

E insistimos que este projeto deveria ser o mais participativo possível. Que não sejamos confrontados apenas com factos consumados. -----

Para que possamos debater se está de acordo com os melhores modelos ambientalmente sustentáveis, quais os tarifários e tarifários sociais previstos, quais as linhas, os horários, o modelo de gestão... -----

Não nos chega um qualquer plano para dizer que existe. -----

É preciso mesmo um modelo que possa efetivamente ajudar os poveiros no seu dia a dia. -----

E temos mesmo que ouvir as pessoas. -----

Um bom exemplo disto foi o sucedido no largo da igreja da Nossa Senhora das Dores e da decisão de abate da dezena de árvores que lá estão plantadas. -----

Eu não tenho a capacidade técnica, nem acesso aos estudos que me digam se estão todas as árvores doentes e se era inevitável ou algo falhou na manutenção. -----

Independentemente das soluções técnicas que tenham que ser postas em prática por razões de segurança pública, a verdade é que as pessoas ergueram a sua voz e exigiram explicações.-----

Como é que num tempo que se fala tanto em espaços verdes, se arranca os mesmos?! -----

E isto é exemplificativo de que é uma reivindicação cada vez mais alargadas das pessoas que possa haver mais espaços verdes, de lazer de relaxamento, que contrariem esta pressão e esta depressão do betão e do cimento urbano que galga terreno na nossa cidade a cada dia que passa. -----

Seja por vantagens ao nível da saúde, no plano ecológico, estético ou social, seja porque esta é uma exigência cada vez maior das pessoas, está na altura de desenvolver uma estratégia séria de valorização do espaço público e de verdificação da Póvoa.-----

E termino Senhor Presidente com uma proposta: que não nos limitemos a ouvir as pessoas, mas que lhes seja dado o incentivo e os meios para participarem na solução.-----

Ao contrário do que ouço, demasiadas vezes, a propósito dos jovens da greve estudantil, o lugar não é só a escola, o lugar dos jovens é na sociedade, a reivindicarem, a proporem, a solucionarem, a serem cidadãos de corpo e alma.-----

A proposta que apresento, em formato de moção para que possa recolher o apoio maioritário desta Assembleia e assim reforçar a recomendação ao Executivo Municipal é a seguinte (abrindo aqui um parêntesis para agradecer ao Rui Pontes e à Juventude Socialista por me terem feito chegar esta proposta que apresento com todo o gosto. -----

- A criação de um orçamento participativo jovem ambiental, através do qual é disponibilizada uma verba para que os jovens em idade e contexto escolar possam apresentar as suas propostas, ter o respetivo acompanhamento técnico na finalização das mesmas e que possam decidir, democraticamente, quais as propostas vencedoras. -----

Em alternativa,-----

- No âmbito do Orçamento Participativo Jovem em vigor, que passe a ser incluída uma verba específica e autónoma para projetos ambientais.-----

Senhoras e Senhores Deputados,-----

O tempo é de ação, já chega de palavras vazias. -----

Os jovens não merecem nem querem umas palmadinhas nas costas, os jovens querem e merecem ter a sua voz ouvida e serem incluídos no processo de decisão. -----

E está ao nosso alcance darmos agora um humilde contributo. Não os deixemos ficar mal. Muito obrigado.

Moção -----

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM AMBIENTAL-----

A Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, reunida no dia 17 de outubro de 2019, em sessão ordinária, delibera recomendar ao Executivo Municipal: -----

A criação de um orçamento Participativo Jovem Ambiental, através do qual é disponibilizada uma verba para que os jovens em idade e contexto escolar possam apresentar as suas propostas, ter o respetivo acompanhamento técnico na finalização das mesmas e que possam decidir, democraticamente, quais as propostas vencedoras.-----

Em alternativa, -----

No âmbito do Orçamento Participativo Jovem em vigor, que passe a ser incluída uma verba específica e autónoma para projetos ambientais. “ -----

DEPUTADO ANDRÉ TAVARES MOREIRA (PSD) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Quanto à Moção apresentada, é a minha opinião (e não do PSD, fique claro que pode ser coincidente ou não) que a sua boa vontade é inquestionável, mas o Orçamento Participativo Jovem já existe. Já existe uma verba significativa para a realização de projetos orçamentais. Estar a fazer novos projetos, novos regulamentos, uma proposta ambiental boa, bem-feita e bem construída, de certeza que irá ser aprovada não fora a sensibilidade que todos nós hoje em dia temos para as causas ambientais. E, depois começar em janeiro..., só por se entender que já existe uma verba, que já existe cabimento, que já existem todos os fatores para que se concretize, é estar a criar entropia a um sistema que já existe e funciona. Só para dizer que sou contra. -----

DEPUTADO JOAQUIM VIANEZ (PSD) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Senhor Deputado Hugo Gonçalves. Concordo consigo de que não há um planeta B, mas não concordo

quando refere não haver humanidade B; veja por favor as últimas tendências políticas sobre a Transumanidade, que até já formam um partido e cujo líder foi candidato à Presidência dos EUA em 2016 – grave p.f. este nome: ZOLTAN ISTVAN! -----

Quanto a esta proposta, pergunto afinal porque é que há eleições? Mas afinal porque é que queremos a democracia representativa? Como aqui foi dito pelo companheiro que me antecedeu, já existe um Orçamento Participativo Jovem; -----

Votação da Proposta -----

A Proposta **recusada** por maioria, com os votos contra do PSD, com os votos a favor do, PS, BE CDU, e PAN e a abstenção do CDS/PP. -----

DEPUTADO JOÃO MARTINS (CDU) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Não posso deixar de começar a minha intervenção, lembrando a todos nós a taxa de abstenção das legislativas passadas, que no nosso concelho foi de 48%. -----

Estes resultados impõem a todos nós, da esquerda à direita e daqueles que se afirmam diferentes, conseguir mostrar às populações, sobretudo aos jovens, que é através dos instrumentos e das instituições democratas que resolverão e que decidirão o futuro da sua terra, o futuro do seu país; e, nesse particular, cumpre-nos a nós, políticos autarcas, essa obrigação. -----

Só demonstrando às pessoas que os políticos não são um bando de malfeitores e de parasitas, mas que existem para servir os interesses do seu povo é que conseguimos fazer com que os jovens se interessem pela política, ao mesmo tempo que combatemos os populismos que para aí pairam, agora até no nosso Parlamento. -----

Posto isto, mas a propósito, -----

A minha intervenção prende-se com a situação dos transportes públicos no nosso concelho. -----

Como já o fiz em assembleias anteriores, lanço o repto ao Sr. Vereador Luís Ramos que nos venha aqui dar conta de qual a real situação presente, e quais os planos futuros, para a mobilidade no nosso concelho, e na ligação com os concelhos limítrofes; e não vamos lá apenas de bicicleta, ou a pé. -----

Efetivamente, a criação do passe único – reclamação da CDU há vários anos – constituiu um enorme avanço para incentivo à utilização dos transportes públicos, incentivo esse que deverá ser seguido pelos

municípios no sentido de fomentar o uso dos transportes públicos nos seus concelhos, nomeadamente através da implementação de uma eficiente e robusta rede de transportes, e investindo na rede de transportes. -----

O nosso concelho é, neste particular, muito mal servido. -----

Exige-se, por isso, o envolvimento de todos os setores locais, nas opções das linhas de transporte rodoviário que sirvam os reais interesses das populações. -----

Porém, não tem sido essa a opção do Executivo, pois desconhece-se, em absoluto, as conclusões a que o estudo que a Câmara da Póvoa e de Vila do Conde encomendaram a este respeito, nomeadamente os percursos e frequências que servirão as duas cidades no futuro. -----

Entendemos e compreendemos a preocupação do Sr. Presidente da Câmara, transmitida, no mês passado, junto do Conselho Metropolitano que considerou “inaceitável” que naquela altura ainda não se tivesse fechado uma data para o lançamento do concurso para o transporte público rodoviário na Área Metropolitana do Porto. -----

E acrescentamos, nem naquela data, nem hoje, parecendo-nos absolutamente irrealista a meta de outubro para lançamento do dito concurso e, muito menos, a meta de dezembro para que tudo esteja já em funcionamento. -----

Terminando como comecei, é importante que a Câmara tenha um papel ativo na política de mobilidade e transportes no nosso concelho, e devemos aproveitar, esta altura, pois as mudanças no setor estão a ocorrer de forma muito positiva, há que aproveitá-las! -----

Impõe-se, por exemplo, que a Câmara, por um lado, pressione os operadores privados a adotarem a bilhética “andante” para que todos os poveiros possam beneficiar em pleno do Programa de Apoio à Redução Tarifária. Por outro lado, que clarifique e informe a população estudantil e os pais do atual estado de obtenção do passe sub-13, pois a confusão nas nossas Escolas é tremenda – em todas se dão informações diferentes sobre a obtenção deste título de transporte”. -----

DEPUTADO JOAQUIM VIANEZ (PSD) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Tivemos no início deste mês, mais um momento de excelência na consolidação da nossa democracia; o ato eleitoral é sem dúvida alguma, de entre os principais pilares da base do regime democrático, quiçá o

mais importante: chamar os cidadãos e registar a sua vontade, é realmente um momento nobre... -----

Assim e antes de mais, queria em meu nome pessoal e em nome da bancada do PSD, saudar com um cumprimento muito especial o Partido Socialista, pelo resultado obtido e reconhecer, democraticamente, que ganhou as eleições legislativas; -----

Mas também queria aproveitar este momento, para fazer a minha leitura e avaliação dos resultados, até para dissipar algumas dúvidas que os Media insistiram em criar deliberadamente, quer antes quer depois do ato eleitoral... -----

Irei fazê-lo no plano Nacional, Distrital e Concelhio; -----

Nacional -----

Na minha maneira de ver, a leitura é muito simples e resume-se a quatro grandes segmentos de resultado: Derrotados com sabor amargo - BE, CDU e CDS (BE perdeu cerca de 60.000 votantes; CDU perdeu cerca de 117.000 e 1/3 seu grupo parlamentar; CDS viu reduzida a sua expressão eleitoral e parlamentar); de todos, aquele que teve o comportamento mais digno, na noite eleitoral, foi o CDS, já que a sua líder teve a hombridade de se demitir. -----

Vencedores claros - PAN, IL, Livre e Chega (os resultados falam por si e dispensam qualquer comentário)-

Vencedores com sabor a vencidos - PS (não conseguiram maioria absoluta como os Media em diversos momentos reclamaram serem merecedores; foi uma vitória tipo uma mão-cheia-de-nada; teve como consequência imediata o fim da solução Geringonça; fizeram-me lembrar um balão de ar quente, que ficou cheio, mas não chegou a levantar voo, sabe-se lá se por ter um queimador fraco, se por ter muito peso no cesto tipo querer levar a família toda)-----

Vencidos com distinção - PSD (foi o resultado possível face à propaganda dos Media e em muitos círculos pouco ou nada impactou no nº deputados eleitos, havendo até casos do seu reforço; afirmou-se claramente com o maior partido da oposição)-----

Distrital -----

No Porto, quer se goste quer não, o PSD foi claramente um vencedor (reforçou o nº de deputados) e ficou muito à frente do resultado apontado pelas sondagens (11 eleitos previstos contra 15 eleitos reais); já o PS ficou aquém do que se havia desenhado (22 eleitos previstos contra 17 eleitos reais) -----

Mais uma vez a poderosa máquina de propaganda, não valeu de nada! -----

Concelhio -----

Aqui temos dois segmentos: -----

Um vencedor claro - PSD -----

Um vencido claro que tenta simular uma vitória de PIRRO - PS -----

O PSD venceu em toda a linha: ficou a cerca de 15% de distância do PS, venceu com margem de mais de 20% em todas as Freguesias, venceu em 17 das 18 mesas da cidade e na que perdeu foi por 4 votos, meteu 2 deputados na Assembleia da República, etc., etc.-----

O bom trabalho dos eleitos autárquicos, influenciaram naturalmente este resultado.-----

Já sobre o PS e mau grado o ensaio de comemoração que tentou fazer sobre mais uma vez a tal mão cheia de nada, foi derrotado em toda a linha.-----

Como sabeis PIRRO foi um Rei / General que viveu no ano 280 a.C.; ficou conhecido pela metáfora “Vitória de PIRRO” e pela frase “Mais um resultado como este e estou perdido”, isto quando um seu guerreiro reclamava a vitória numa batalha; ou seja, são as tais vitórias sem consequência ou até com consequência contraproducente, ou do tipo mão cheia de nada.-----

Eu não sei se o Sr. Candidato Hugo Gonçalves terá PIRRO como nome do meio e peço desculpa por esse desconhecimento do seu nome completo, mas a verdade é que lançou nas redes sociais uma comemoração no mínimo ridícula.-----

É a chamada comemoração à PIRRO... e ainda vai a tempo de fazer uma Caravana Automóvel no próximo sábado: a CARAVANA DOS PIRROS!!!-----

Faz uma comparação de resultados sem respeitar a base comparável, o que leva a conclusões distorcidas; mais : falar do “fim de uma era”, quando leva com um resultado a 15% a 20% de distância é insultar a nossa inteligência; falar no “fim de um tempo em que não havia alternativa”, é um tiro no próprio pé e muito pouco justo para o próprio PS, pois assume que as pessoas que no passado se ligaram a este partido, não conseguiram afirmar-se como alternativa; falar que os pseudo novos tempos “juntam pessoas dignas e com carácter, que traduzem melhor cidadania”, é ofensivo mais uma vez para as pessoas que no passado se uniram em torno doutros projetos do PS...-----

Enfim tudo não passa do ridículo e esta tentativa de comemorar o resultado de PIRRO é isso mesmo: uma mão cheia de nada!-----

Termino com aquilo que de facto merece reflexão de todos e aí, faço realce da intervenção do Sr. Deputado da CDU: a abstenção é tema grave e merece a nossa atenção ==> 47,8% é demais! 31.400 votaram e 28.800 não votaram. É GRAVE” -----

DEVESA DE HONRA DEPUTADO MIGUEL PINTO (PS) -----

“Ó Senhor Deputado que até me esqueci do nome, com todo o respeito, isto é assim-----

Acaba de uma maneira que tenho que lhe dar os parabéns!!-----

De forma responsável, pelo absentismo.-----

E tudo o que disse para trás parece um comentador desportivo.-----

É cabazada... é nos ganhamos...-----

Você tem coragem de dizer o que disse depois de ter visto o líder do seu partido nacional, por quem tenho elevada estima, o Dr. Rui Rio (aliás, já tive o cuidado de antes de ele ser líder lhe dizer que gostava que fosse candidato, por se tratar de uma pessoa à qual reconheço muita qualidade).-----

Porque independentemente das cores partidárias, sei reconhecer a qualidade às pessoas é isso que conta.-

E devia fazê-lo mais vezes.-----

Mas no dia em que tem 28%, vem fazer um discurso para dentro do partido?!-----

E você? Que o PSD teve uma derrota honrosa?!-----

Tenha um bocadinho de noção da realidade. Andamos perdidos Senhor Deputado e, depois, o Fernando Pessoa costumava dizer, não estou nervoso nada, estou espantado, como se pode dizer tantas asneiras pela boca fora...-----

O Fernando Pessoa costumava dizer que só se fazem manifestações quando vemos alguma coisa em perigo, o Senhor Deputado vem para aqui dizer com essa vontade enorme que ganharam na Póvoa! É razão para ficar preocupado!” -----

DEPUTADA CRISTIANA FERNANDES (PS)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

Requerimento-----

Ao abrigo da alínea d) do artigo 140 do Regimento da Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, após consulta presencial de processos urbanísticos, permanecendo algumas dúvidas, venho por este meio requerer a seguinte documentação: -----

1. Relativamente à reabilitação da fortaleza N.ª Sr.ª da Conceição, após análise do procedimento concursal, pretendo também conhecer o parecer da entidade gestora do património cultural / arquitetónico classificado ao projeto de arquitetura, dado que a fortaleza está classificada como imóvel de interesse público. Solicito, por isso, o envio de toda a correspondência trocada com aquela entidade relativa à requalificação da fortaleza. -----

2. Quanto ao equipamento na praia de Quião, o terceiro volume do processo que consultei termina com informação prestada à Junta de Freguesia de Aver-o-Mar em novembro de 2011, na qual o Município diz ainda aguardar parecer da ARH Norte na sequência de emissão de um parecer favorável da autoridade de saúde concelhia ao projeto de arquitetura alterado e que fora apresentado naquele ano de 2011. No quarto e último volume, cujo primeiro documento data de abril de 2012, não é possível encontrar esse tal parecer da ARH Norte (APA). Pretendo por isso saber se aquela entidade emitiu ou não parecer ao projeto apresentado em 2011, pois não o consegui encontrar no processo, e requerer o envio da cópia do mesmo. Adicionalmente, solicito também cópia do alvará de licença de construção. -----

3. Por último, tendo em conta que o edifício da Loja interativa de Turismo se insere em área de aplicação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, pretendo saber se a entidade gestora do POOC emitiu parecer favorável prévio à sua edificação e, nesse caso, que a cópia do mesmo me seja remetida. Pretendo também o envio de cópia do despacho do presidente de Câmara que determinou a abertura do procedimento, assim como da informação de suporte que tenha sido prestada pelos serviços”. -----

DEPUTADO RICARDO CADILHE (PSD)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“A 17.ª Edição do Encontro Nacional da Juventude realizou-se no Concelho da Póvoa de Varzim, de 26 a 29 de setembro de 2019.-----

Organizado pelo Conselho Nacional da Juventude em parceria com a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, o evento reuniu no Parque de Campismo, Orbitur, no Rio Alto na Estela, jovens oriundos de todo o País e aí tiveram a oportunidade de debater a reforma do sistema político português.-----

Neste sentido, queria dar os parabéns ao Município da Póvoa de Varzim por ter sido a cidade acolhedora deste evento e salientar a excelente ideia do mesmo ter acontecido no espaço aberto que, como refere num Jornal local o Vereador da Juventude Dr. Marco Barbosa, resultou de uma experiência diferente para

os participantes, com muitos momentos de camaradagem e de contato com a natureza, até porque, a sustentabilidade do planeta foi um dos temas abordados.-----

Sendo um evento apartidário, a discussão em torno da forma como o sistema político das políticas da juventude permitiu que os jovens partilhassem as suas opiniões e pudessem debater as políticas de juventude e a reforma que entendem como necessária para o sistema político em vigor. -----

Palestras, *workshops*, debates, concertos entre outros resultaram em quatro dias com muitas atividades e momentos muito interessantes com uns pontos altos a coincidir com a presença de 300 alunos das Escolas Secundárias do Concelho, Mapadi e da Escola Profissional de Vila do Conde. -----

O Secretário de Estado do Desporto e da Juventude Dr. João Paulo Rebelo também visitou o recinto e o espaço da Casa da Juventude felicitando todos pelo evento e contactando com os jovens no recinto. -----

Este encontro resultou de uma motivação dos jovens à adoção de melhores hábitos para a preservação do meio ambiente e pretendeu também aproximar os jovens da política através do contacto direto informal com candidatos as eleições do passado dia 6 de outubro. -----

Como disse o Vereador da Juventude na abertura deste encontro, aqui na Póvoa de Varzim pensar a Juventude é também pensar a coesão social, pensar a educação é pensar o desporto, é pensar o ambiente, resumindo a Póvoa de Varzim é um concelho para a Juventude. Muito obrigado.” -----

DEPUTADO ARTUR CASTELO BRANCO (CDS) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

RECOMENDAÇÃO -----

A Póvoa de Varzim, devido à sua situação geográfica, sempre teve uma forte ligação ao mar e no mar criou as suas raízes.-----

A economia do mar, foi durante séculos o elemento basilar, e continua a ser, do desenvolvimento deste concelho, nomeadamente a pesca, a venda do pescado a transformação do pescado, o porto de pesca, a manutenção e reparação naval, a talassoterapia, a náutica de recreio e o turismo entre outros recursos vindos do oceano para a economia local e nacional. Para além das atividades tradicionais, a economia do mar engloba uma diversidade de recursos com potencial de valorização através do desenvolvimento de novos produtos e novas aplicações nos campos da saúde cosmética, alimentação, energias renováveis, ambiente, e não só. O mar e o seu potencial não podem ser descurados pelo país e nem pela Póvoa de

Varzim.-----

A recomendação que aqui apresentamos ao Executivo Camarário, prende-se com um projeto que envolverá valências e potencialidades, como seja o turismo, o ambiente, a biodiversidade, atividade científica, novas oportunidades de empregos e atratividade de investimento. O projeto que propomos que seja estudado e desenvolvido é a criação de recifes e corais naturais ao largo da nossa costa.-----

Esta criação de recifes e corais artificiais é já prática em vários países e também em Portugal, mais propriamente na região do Algarve com o afundamento de navios, comboios e outros equipamentos compatíveis. Nos termos de convenção internacional, os navios e comboios são limpos de todos os materiais nocivos ao ambiente ou perigosos para os mergulhadores.-----

Este projeto permite requalificar um setor turístico com enorme potencial desenvolver a economia do mar, assegurando todas as condições de segurança e proteção ambiental, criando postos de trabalho e apontando o caminho para um desenvolvimento económico e social sustentável e também uma componente científica na área da biologia marinha e estudo das espécies.-----

Como se disse, já existe uma experiência deste género no Algarve com um elevado sucesso, o projeto Ocean Revival, cujos ensinamentos e experiência podem ser aproveitados.-----

Pelo supra exposto, recomendamos ao Executivo Camarário, que considere a criação de recifes artificiais ao largo da nossa costa um projeto de elevado potencial para o futuro desenvolvimento do nosso concelho ao nível económico, turístico, ambiental e científico.-----

E que para tal, promova estudos e todos os demais procedimentos que entenda por necessários para a concretização deste projeto da criação de recifes artificiais.-----

E agora, venho apresentar uma-----

MOÇÃO-----

Nos termos do artigo 27º do Regimento da Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, o Grupo Parlamentar do CDS vem apresentar a seguinte proposta de Deliberação:-----

A Assembleia Municipal ao sair da sede do concelho e reunir nas Freguesias reforça a coesão concelhia e mais facilmente possibilita a participação e acompanhamento de cidadãos dessas mesmas freguesias nos assuntos e funcionamento deste Órgão Autárquico.-----

A única vez que a Assembleia reuniu fora da sede do concelho foi na freguesia de Balazar. Nessa

Asssembleia, pelos temas debatidos, pela participação dos cidadãos, foi uma "experiência" que não pode deixar de ser considerada muito proveitosa e positiva. -----

Pelo que se deverá repetir tal prática,-----

Assim, propomos que-----

a) que a primeira Reunião da Assembleia Municipal Ordinária de 2020 seja realizada na Freguesia da ESTELA. -----

b) Que a Assembleia Municipal requeira o apoio da Junta de Freguesia da Estela, no sentido de se encontrar local condigno e com condições para a realização dessa reunião da Assembleia Municipal.” -----

Votação-----

A Proposta foi admitida para discussão. -----

DEPUTADO ANDRÉ TAVARES MOREIRA(PSD)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Entendo que a Assembleia de Freguesia é o órgão que compete dirigir a Freguesia. Nós enquanto partido e eu na minha atividade quer tempos livres, passo muito pelas freguesias, ouço as freguesias, as suas preocupações, como vocês certamente farão, e isso não me impede de modificar a minha opinião sobre isso. -----

Entendo que a Assembleia Municipal deve ocorrer nos Paços do Concelho, no local designado pela Assembleia Municipal, sendo que no período depois da Ordem do Dia, podem as pessoas das freguesias vir aqui intervir sem qualquer problema. -----

Nós não precisamos de ir à freguesia para saber o que a freguesia necessita, ou como representar a freguesia. Temos aqui os Senhores Presidentes de Junta, temos pessoas do nosso grupo parlamentar que fazem parte de freguesias. Entendo que a Assembleia Municipal deve ser nos Paços do Concelho. Então imaginem a Assembleia da República, uns dias ia ao Porto, outros a Braga, Bragança. Percebo que seja interessante numa altura da ótica da descentralização, mas isso é que os Deputados fazem. Os próprios deputados das regiões de onde são eleitos, deslocam-se e vão às suas populações, auscultam e depois na Assembleia da República representam. O mesmo deve ser cá feito. Eu voto contra, por esse motivo”. -----

DEPUTADO VITOR PINTO (BE)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Venho aqui referir que concordo com a Moção aqui representada. Iremos votá-la favoravelmente e concordo com uma parte do que disse o Deputado do PSD. Agora não sei se se deve ou não concordar. Devido ao funcionamento das Assembleia Municipais os Presidentes de Junta estão presentes por inerência. E, dizia o senhor Deputado do PSD, que não é preciso irmos às freguesias para conhecermos os problemas daquele local. O que acontece é que desde que eu represento o Bloco de Esquerda na AM nunca ouvi um Presidente de Junta a falar, a não ser em Balasar e só para nos receber. -----

Tenho conhecimento, por exemplo, que há Juntas de Freguesias aqui no nosso concelho que têm ordens de trabalho para discutir nas respetivas assembleias e que são sempre as mesmas desde a primeira reunião. -----

Evidentemente que há problemas nas freguesias e é evidente que é necessário e que temos a obrigação de percebermos quais são os problemas das pessoas que habitam essas freguesias: Parece-me elementar que esta Assembleia se possa deslocar a esses locais que são muito menos visitados e merecem, tal como os do centro da Póvoa”. -----

VOTAÇÃO -----

A Recomendação não foi aprovada, o PSD votou contra a CDU absteve-se; a favor votaram o PS, o PAN, o BE e o CDS. -----

DEPUTADO MIGUEL PINTO (PS) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

Um dos grandes desafios para o nosso Concelho é conseguir imprimir um crescimento económico sustentável que permita melhorar a qualidade de vida todos os cidadãos Poveiros, e ao mesmo tempo permitir entregar as gerações vindouras um Concelho mais verde. -----

Temos, por isso, todos nós com assento nesta Assembleia e em particular o Executivo Camarário, a responsabilidade política de criar condições para que este crescimento sustentável aconteça o mais rapidamente possível. -----

Obviamente que o crescimento económico terá sempre como base as necessidades e gostos dos consumidores (curva da procura) e produtos/serviços das empresas (curva da oferta), em particular as empresas privadas. -----

Isso não invalida, no entanto, o papel fundamental e regulador/acelerador do Estado em geral e neste caso

específico do Executivo Municipal da Póvoa de Varzim. -----

Que deve exercer este papel tendo como pressuposto o interesse público da maioria dos cidadãos e do Concelho, e que, neste caso entende, o Partido Socialista ser de apoio à nossa realidade Económica muito sustentada em PME's e mais precisamente em PME's de Comércio local que temos na nossa Cidade. Com base no anteriormente exposto, entende o PS recomendar ao Executivo Camarário na Figura do seu Presidente os três seguintes pontos: -----

1º- Maior número de lugares de estacionamento para bicicletas, na entrada nascente e poente da Rua da Junqueira, Avenida Mouzinho, e na Avenida dos Banhos. O estacionamento das bicicletas é escasso. Estando muitas vezes amarradas a postes de eletricidade ou aos sinais. Se o Município aposta na mobilidade ciclista conforme apregoa inúmeras vezes, então que propicie condições a quem anda de bicicleta; -----

2º - Sugerimos ao Executivo Camarário que negocie com a Saba, para propor tarifas de estacionamento mais baixas nos períodos de inverno (outubro a maio). Pois, desta forma, vão aumentar a ocupação dos parques, perdendo em margem, mas ganhando em volume, e melhorando a vida dos cidadãos e do tráfego automóvel na cidade. -----

3º- Quanto à questão dos comerciantes, apesar de mais complexa, é muito relevante para fortalecer a sua posição e naturalmente a economia local, ou seja, sugerimos ao Executivo Camarário e em particular a Vereadora da Economia, que avançasse com um projeto em parceria com a Associação Comercial da Póvoa, para atribuir um montante em senhas para o parque de estacionamento a cada Comerciante local que depois fosse atribuído as clientes em função das compras efetuadas. Deste modo, reduzindo a despesa dos clientes e potenciando a procura pela facilidade em estacionar. Seria necessário como primeiro passo uma auscultação aos comerciantes para saber quais estariam interessados e, em função do apoio financeiro disponibilizado pela Câmara falar com a Saba, para ver qual o custo mínimo baseado no incremento de volumes de estacionamento. -----

Gostávamos de realçar que foi com enorme satisfação que recebemos a informação por parte dos nossos Vereadores que na data de apresentação dos dois primeiros pontos desta proposta na reunião de Câmara, estes tinham sido acolhidos positivamente, pelo Sr. Engenheiro Aires Pereira, atual Presidente do Município Poveiro. Com base nesta informação, foi nosso entendimento que faria sentido consolidar esta

proposta com acrescento deste terceiro ponto, e de forma construtiva trazer a esta Assembleia como recomendação, tendo a forte convicção que será certamente ainda mais bem acolhida pelo Executivo Camarário e a maioria parlamentar que o sustenta politicamente. E, desta forma, possa rapidamente passar ser implementada, ajudando a dinamização do nosso Comércio local e, ao mesmo tempo, dando um pequeno passo para o crescimento da qualidade de vida de forma sustentável no nosso Concelho”.-----

DEPUTADO TIAGO OLIVEIRA (CDS)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

Na última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, explanei aqui, em nome do CDS, a preocupação que temos com o constante aumento dos índices de criminalidade no concelho, seja no que toca a furtos e roubos, seja o tráfico de estupefacientes e episódios de vandalismo. -----

Felizmente pude ainda apontar a Póvoa de Varzim como um concelho tendencialmente seguro, apesar de o caso, muito particular, da violência doméstica já ter resultado em consequências fatais para as vítimas.

Apresentamos cerca de uma dezena de recomendações aos Srs. Deputados e ao Executivo Municipal, para reflexão e ação preventiva, mas infelizmente o nível de preocupação desta Assembleia não acompanhou o aumento da criminalidade no concelho, de forma a procurar combatê-la. -----

Além dos outros casos concretos que referi na Sessão anterior, entre essa e o dia de hoje, foram cada vez mais constantes os episódios de criminalidade que assolam a tranquilidade dos poveiros. -----

Pela primeira vez assisti à tentativa de roubo de uma bicicleta a um idoso em plena luz do dia, numa Praça do Almada frequentada como habitualmente. Nada podendo fazer, aproximei-me do senhor e perguntei-lhe se estava tudo bem (como se já não soubesse a resposta). Ainda olhei para os Paços do Município, mas os nossos agentes pareciam Guardas da Rainha do Reino Unido. Afastei-me, porque sei que me ia enervar. -----

Voltaram a incendiar ecopontos; várias foram as vagas de furtos a automóveis; ainda esta semana a PSP deteve dois indivíduos, em dias seguidos, por posse de estupefacientes e quantidade suficiente para tráfico; uma jovem foi baleada numa mão (presume-se que acidentalmente) quando se preparava para entrar em casa (em Argivai).

Como disse na Sessão anterior, seria o ideal, mas tenho a perfeita noção que não erradicamos a criminalidade do nosso concelho. -----

No Porto, a Câmara Municipal, com tarefa muito mais difícil, e sabendo também que não erradica o tráfico de droga, debruçou-se seriamente sobre o assunto e agendou uma Sessão Extraordinária para o debate e aprovação de medidas concretas de prevenção e penalização. -----

Volto a lançar o repto, Sr. Presidente da Assembleia, mas também a todos os grupos municipais, não só porque se trata de um assunto de extrema relevância para todos, mas porque, como sabem, no CDS não temos representação suficiente para convocar uma Sessão Extraordinária. -----

Gostava que se pronunciassem, no entanto deixo a questão: -----

“Podemos encarar este assunto de cabeça levantada e consciência tranquila – promovendo o debate e medidas concretas, ou vamos continuar a sujeitar-nos a vir aqui mais tarde de semblante carregado e mãos na cabeça!?” -----

DEPUTADO MIRANDA COELHO (PSD)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Gostaria de partilhar convosco algumas reflexões sobre a atividade económica na PV.-----

Terminámos há pouco tempo a época de verão, tradicional época de maior atividade económica na Póvoa.-

Se isto é verdade, e é, também é verdade que é cada vez menor a sazonalidade na economia poveira. ----

E isto é tanto mais relevante quanto é em crescendo de atividade que se tem vindo a dar este amortecimento de sazonalidade na nossa economia. Se para alguns mais distraídos, a Póvoa ainda será o “ir a banhos”, a verdade é que, para a generalidade de todos nós, hoje a Póvoa é um concelho com uma estrutura económica cada vez mais consolidada e diversificada e com uma significativa atratividade para as empresas. -----

Segundo os últimos dados obtidos do portal n-invest, da Aep, o tecido empresarial poveiro é composto por um pouco mais de 45% por atividade comercial, em quase 25% por atividades turísticas e serviços, perto de 20% por atividade transformadora e em cerca de 10% por construção e agricultura.-----

E estes dados, que naturalmente são ainda de anos anteriores ao atual, porque já processados, terão uma forte tendência a consolidar-se pois este ano de 2019 vai apresentando indicadores de atividade económica percebidos que batem os dos anos anteriores.-----

Em matéria de turismo temos em 2019 o ano com o maior número de dormidas no nosso concelho até ao momento, a par do melhor ano no número de visitantes com origem no estrangeiro.-----

O número de peregrinos no caminho de Santiago tem crescido de forma consolidada, sendo o número de atendimentos nos postos de turismo da Póvoa cada vez maior, com um aumento particularmente relevante desde 2018. Hoje este número mais que duplicou em relação há três ou quatro anos atrás. -----

É evidente que para esta consolidação do setor turístico na Póvoa contribuem muitos e diversos fatores. Mas é absolutamente certo que um Plano de Promoção Turística consistente e coerente, e bem denso, como o que a nossa Câmara tem em prática há vários anos é um dos fatores mais relevante. Como disse, a Póvoa é hoje, e cada vez mais, muito mais que só a área do turismo, o que até já seria muito, é certo. A Póvoa é hoje um concelho que atrai investimento para diversos setores de atividade. Se percorrermos as nossas ruas de maior pendor comercial vemos bem os investimentos que múltiplas empresas têm feito nos seus espaços comerciais, bem como o conjunto de marcas que hoje escolhem a Póvoa para instalar os seus espaços. Isto significa, naturalmente, que esses empresários vêm na Póvoa um mercado atrativo, mas também, que a lógica de desenvolvimento que temos seguido de afirmação da Póvoa como espaço de cultura e de bem-estar está a dar os seus frutos. Temos ao longo dos últimos anos apostado firmemente, e fortemente, na afirmação da Póvoa, cidade e concelho, como um lugar amigo das famílias e das empresas, nomeadamente com uma política fiscal de apoio quer a umas, quer a outras. O resultado é um período que vivemos de forte investimento económico no concelho, aproveitando tudo o que o contexto nos permite. E não pensemos que é fácil conseguir isto. São muito os que tentam e muito poucos os que conseguem. Um bom exemplo dos bons resultados obtidos são os nossos espaços para localização industrial que têm vindo a conhecer um desenvolvimento ímpar, a partir de indústrias de menor efeito ambiental e de zonas logísticas. Obviamente que o mais visível dos investimentos que estão a acontecer em período recente, é o do Bloco logístico da Mercadona, instalado em Laúndos. Trata-se de uma construção num terreno com 50 mil metros quadrados, com duas naves de 12 mil metros quadrados cada e que emprega mais de 100 trabalhadores. Obviamente que nesta matéria, como noutras, temos que dar os parabéns ao Executivo Camarário e, nomeadamente ao seu Presidente, o Eng. Aires Pereira, que conseguiram que o investimento fosse sediado aqui na Póvoa. Todos sabemos bem como para este tipo de investimentos tem que existir uma estratégia adequada para os conseguir conquistar. Também, como sabemos, a empresa está a continuar a sua estratégia de implementação de norte para sul e irá replicar a sul um outro Bloco logístico. Mas, felizmente, também sabemos que a estratégia de crescimento aqui no

Norte, e na Póvoa, irá continuar já que a Mercadona tem em processo de aquisição mais 55 mil m2 em terrenos próximos da sua atual localização visando expandir a sua atividade no nosso concelho. Com isto serão mais 80 postos de trabalho diretos a criar, provocando desenvolvimento económico e social. Mas fundamentalmente é importante fazer notar o efeito indutor que este tipo de investimentos estratégicos acarreta aos mais diversos níveis - na hotelaria, na restauração, nos serviços mais diversos, na economia poveira em geral - seja no volume de atividade, seja nos empregos que cria. Devo dizer que muito fruto deste investimento, e do seu sucesso, são diversos os contactos que têm existido para a vinda de outros investimentos para a região. E tudo isto tem sido possível mantendo o município a sua forte convicção de que apenas as cidades convidativas poderão combater o comércio das grandes superfícies, fomentando o comércio tradicional. Apenas as cidades urbanisticamente equilibradas, e cada vez mais amigas das pessoas, poderão captar novos investimentos e novas marcas, como tem acontecido na Póvoa de Varzim. É neste enquadramento que prosseguiremos uma política de afirmação dos nossos espaços industriais (em Laúndos, Rates, Amorim, Beiriz e Estela) e de disponibilização do espaço para Incubação de Empresas, de onde já saíram, aliás, algumas que hoje se encontram em franca expansão. O sucesso das edições já ocorridas do Congresso Empresarial do Póvoa, a aposta na promoção de elementos facilitadores do investimento - desde a disponibilização de informação, à promoção de contactos entre empresários e com as associações empresariais - ou a continuação de uma política fiscal muito atrativa, são, e serão, elementos referenciais da Póvoa, no quadro da captação e do fomento de investimento. Paralelamente continuaremos a afirmar, e a implementar, uma estratégia de desenvolvimento integral e integrado, que entendemos ser a única que pode beneficiar todos os Poveiros e todos aqueles que cá querem investir. Projetos como o Centro Coordenador de Transportes, a requalificação do Mercado Municipal, a requalificação das zonas históricas, a construção da Póvoa Arena, a consolidação e o desenvolvimento do Parque da Cidade, a implementação do novo modelo de funcionamento dos transportes públicos, a realocação da Marina ou a qualificação de muitos outros espaços na cidade e nas freguesias, são exemplos da visão integrada que promove desenvolvimento e capta investimento, e que continuará a fazer da nossa cidade e do nosso concelho exemplos de locais onde vale a pena viver e investir. E é na coerência destas políticas, e na competência da sua implementação, que sabemos que estamos, hoje, a criar um futuro cada vez melhor. -----

Disse” -----

DEPUTADA ANA FRANCISCA FERREIRA (PS)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

Na sequência da intervenção do meu colega Hugo Carvalho Gonçalves, venho apresentar uma proposta para a criação de um projeto piloto de transporte escolar na freguesia da Póvoa de Varzim. -----

A par do Metro, o transporte coletivo no concelho é, como sabemos, quase inexistente. -----

E uma das faixas etárias mais afetadas por essa lacuna é precisamente a dos jovens, que depende do transporte dos seus familiares para se deslocar entre casa e escola e vice-versa. Por outro lado, o trânsito nas principais artérias de acesso às escolas é, em hora de ponta, absurdamente caótico, causando frequentemente incidentes, *stress* e mal-estar à população. -----

Acrescenta a este cenário, preocupações também de ordem ambiental. -----

Num município não muito longe daqui, em Braga precisamente, arrancou no ano letivo 2018/2019 o **projeto School Bus**, que consiste num serviço que disponibiliza gratuitamente um autocarro que faz a ponte entre pontos estratégicos da cidade e as escolas, com o propósito de descongestionar as zonas de maior afluência (escolas) e de incentivar à mobilidade verde. -----

Em apenas um mês de funcionamento, o projeto registou a adesão de 397 crianças. Do ponto de vista ambiental, estima-se que tenha retirado cerca de 200 veículos da sua zona de implementação, representando uma poupança diária de 14 km por carro em viagens e uma diminuição de 1.83 Kg de CO₂ por carro/dia. -----

Além das vantagens imediatas supracitadas que se podem auferir de uma medida como esta, estamos também a garantir maior qualidade de vida aos nossos munícipes e, por outro lado, a promover uma mobilidade mais responsável e ecológica. -----

Neste sentido, a bancada socialista desta Assembleia Municipal, gostaria de apresentar a votação uma moção para a criação de um projeto piloto de transporte escolar, que passarei a ler: -----

MOÇÃO -----

Sendo que urge a necessidade de colmatar a ineficiência da atual rede de transportes públicos no concelho, consideramos que a implementação de um projeto desta natureza é uma mais-valia tanto para

os jovens em idade escolar como para os munícipes em geral, que poderão usufruir de zonas mais descongestionadas e seguras e de um serviço de transporte coletivo, gratuito. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, hoje reunida, delibera recomendar à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim: -----

1. Que se crie um projeto piloto de um transporte escolar à semelhança do School Bus (projeto apresentado em Braga). -----

2. E que a definição tanto das escolas como das suas zonas de intervenção deva ser feita juntamente com as Direções visadas e, adicionalmente, com as Associações de Pais para se identificar as maiores necessidades, dificuldades e outras questões de ordem logística”. -----

VOTAÇÃO ADMISSÃO DA MOÇÃO-----

A Moção foi admitida a discussão-----

DEPUTADO JOAQUIM VIANEZ (PSD)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Não abstraindo os méritos que o tema retrata, esta coisa de apresentar propostas com estas características para poderem ser completas, devia ser obrigatório apresentar também como se fará a cobertura financeira para as mesmas. Ou seja, se nós tivermos por média duas propostas, a anterior pelo que percebi era a Câmara comprar estacionamento para colocar nos comerciantes (mais ou menos isso) que não deixa de ser uma despesa, mas não se fala como é que a Câmara vai arranjar verba par cobrir essa despesa!?”-----

O mais correto seria, eu vou gastar tanto, mas tenho aqui esta fonte de receita para cobrir a despesa.-----

Estamos perante uma proposta que também tem mérito, mas que não se entende como se faz a cobertura financeira desta proposta. Não está orçamentada, não tem a menor condição de se votar esta proposta nestes termos. Repito, tem mérito. A não ser que este Governo Central nos arranje cobertura financeira para arrancarmos com a proposta, aí votaria a favor.”-----

DEPUTADO JOÃO MARTINS (CDU)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Em relação à Moção que tem todo o mérito, entendo que só terei condições para votar depois das explicações do Senhor Vereador do pelouro vir aqui dar. Um projeto piloto de transporte escolar deverá

ser feito por quem ficar com as concessões. Não sei se haverá necessidade de transporte escolar apenas?! -----

Mas sim um transporte que sirva toda a população do setor, inclusive os estudantes e não só. -----

O segundo ponto, confesso não entendo o que está aqui, mas se for aquilo que eu penso, as direções das escolas e as associações de pais, todas as associações e as instituições devem ser ouvidas para a definição das linhas que irão existir a partir de janeiro, esperemos”. -----

DEPUTADO VITOR PINTO (BE) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Considero que esta Moção tem mérito. Que o seu objetivo principal é que todas as pessoas do concelho, que todas as crianças, tenham direito de se poderem transportar até as escolas. No entanto, há vários projetos disponíveis, dos quais ainda não sabemos muito como será o plano de mobilidade para todo o Município em concertação com Vila do Conde e com a Área Metropolitana. Acho que só tendo essa informação é que podemos ter instrumentos para decidir melhor se este exemplo será o melhor método para transportar essas pessoas. -----

Considero que todas as crianças devem ter direito ao transporte e, na eventualidade do plano de mobilidade que se venha a concretizar na Póvoa de Varzim tiver algumas áreas no concelho que não sejam servidas por nenhum tipo de transporte público acessível, aí sim, que se possa pensar em fazer aquilo que se chama o transporte a pedido que algumas Câmaras e Municípios do País também dispõem atualmente. Dito isto, não tenho elementos suficientes par avaliar esta Moção”. -----

DEPUTADA ANA FRANCISCA FERREIRA (PS) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

Isto trata-se de um projeto à parte dos outros existentes... seria um projeto piloto para ver se conseguimos colmatar estas falhas que enumerei como o congestionamento das zonas envolventes das escolas e evitarmos que os nossos cidadãos passem tempo no trânsito e que haja também crianças que tenham que esperar horas a fio à espera que os pais as possam ir buscar e levar. Este projeto da minha proposta, pretende que a Autarquia juntamente com as direções das escolas e as associações de pais identifiquem quais são as escolas com maiores necessidades a este tipo de apoio e possam delinear uma rota, um trajeto, para se fazer esse circuito da forma mais eficiente e sustentável possível.” -----

VOTAÇÃO -----

A Moção não foi aprovada, o PSD e o CDS votaram contra; o BE e CDU Abstiveram-se; o PS e o PAN votaram a favor.-----

DEPUTADO VITOR PINTO (BE)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“É muito rápido. Apenas para colocar três questão à Câmara:-----

1. Se nos podem dar uma explicação quanto á hipotética construção de um supermercado nas antigas instalações da Conserveira Madrugada. Se o projeto vai mesmo avançar se já está em fase de construção?

E, porque razão a Câmara Municipal sabendo que aquele local se encontrava abandonado nunca usou o direito de preferência para o adquirir? Aquele imóvel ou terreno para que se construísse um equipamento de utilidade social ou eventualmente um parque de estacionamento para as pessoas que pretendem aceder à estação do Metro, ou outro qualquer tipo de equipamento que os Poveiros pudessem usufruir e não um supermercado numa cidade que está cheíssima deles (começam a estorvar-se uns aos outros e mais á frente em Vila do Conde está a construir-se outro.-----

Não percebo como é que uma Câmara que tem competências na regularização do espaço e construção dentro do seu território, permite alegremente que isto aconteça. É mais um supermercado aqui! Queria ter uma explicação, e se a Câmara acha que isto é um modelo urbano que deve subsistir no Município agora e daqui para a frente?-----

2. Houve várias notícias na comunicação social afirmando que a Câmara estava a ponderar sobre a aquisição de um terreno em Penalves para a construção de 150 habitações para os jovens. Na altura era assim que vinha nas notícias, para acederem à habitação a custos controlados, numa altura em que vi nas estatísticas que já é o terceiro Município da Área metropolitana do Porto, onde o preço das casas tem mais aumentado.-----

Queria saber qual é o ponto de situação deste projeto? Se adquiriu ou não? Se vai construir e quando isso será feito?-----

3. Uma pergunta generalista, o que é que aconteceu ao projeto do Fórum Cultural Eça de Queirós?-----

DEPUTADO EDGAR TORRÃO (PS)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Celebra-se hoje, 17 de outubro, o dia internacional da erradicação da pobreza.-----

Esta efeméride foi criada há 22 anos pelas Nações Unidas e pretende lembrar as opiniões públicas e influenciar os responsáveis políticos para o combate à pobreza e às desigualdades sociais no mundo. Apesar da boa vontade desta e de outras iniciativas, há o perigo de objetivação da pobreza, tornando a pessoa pobre mais invisível e tornando-a mera objeto de políticas e estatísticas. -----

Convém relembrar nesta assembleia o grande impulsionador desta iniciativa e que deu origem aos relatórios sobre a pobreza na União Europeia e nas Nações Unidas e à consagração deste dia como o dia internacional da erradicação da pobreza. Joseph Wresinski, padre católico, nasceu e cresceu pobre, filho de emigrantes experienciou a exclusão social numa França dos anos 20. Durante toda a sua vida lutou contra as expressões mais infames da pobreza, os mais pobres dos pobres., obtendo a colaboração destes para se afirmarem e saírem dessa situação. -----

O padre Wresinski deixou-nos um roteiro para uma civilização sem exclusão social através do seu trabalho na área dos direitos humanos. Ele defendia que o único modo de lutar contra a miséria é a de devolver a estas pessoas a sua dignidade e romper com a transmissão de miséria de pais para filhos. -----

De acordo com os dados da Pordata, Portugal em 2018 tinha 21.6% da sua população com rendimentos inferiores ao limiar da pobreza. Homens e mulheres que vivem em situação de privação severa constante. Reconhecemos que em 2004 esta população era de 27.5%, pelo que houve melhorias no país no combate à pobreza que deve ser assinalado, mas ainda assim, deve ser mantido presente em todos nós, sobretudo nos decisores públicos que têm a capacidade de decidir orçamentos públicos, que mais de 1/5 da população deste país é pobre. -----

Mantendo presente este desiderato de erradicação da pobreza, queremos assinalar aqui todas as instituições sociais que procuram inverter as trajetórias de exclusão social no nosso concelho, não destacando nenhuma, pois o todo é muito mais expressivo que cada uma individualmente. Esta verdadeira frente social, muitas vezes apoiada em movimentos de voluntariado, é e deve ser apoiada pelo município nas diversas formas: financiamento, congregação de vontades e sensibilização da comunidade: tendo sempre no centro da sua ação as pessoas e fazendo com que os pobres se envolvam ativamente nas políticas sociais que os retirem dessa condição. -----

Em suma: nós decisores públicos, deveremos manter presente os mais excluídos em todas as nossas ações.

É a reflexão que aqui deixo para cada um de nós neste dia mundial para a erradicação da pobreza.”

RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SR. ENG. ° AIRES PEREIRA -----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

Duas notas muito simples, antes de a Vereadora Dra. Andrea Silva expor as políticas municipais relacionadas com a intervenção do Dr. Edgar Torrão.-----

Relativamente ao que aqui disse o deputado Vítor Pinto: temos visões antagónicas sobre o papel da economia local. Deixemo-la funcionar, de acordo com as regras. Um supermercado como aquele são 50-60 postos de trabalho numa zona onde não há oferta desse tipo. O projeto está em apreciação. Queremos que seja reabilitada e mantida toda a fachada da antiga fábrica de conservas.-----

Quanto à segunda questão do deputado Vítor Pinto: o Senhor anda distraído, nem as atas lê. A Assembleia aprovou a compra dos terrenos, está a decorrer o concurso para o projeto, em parceria com a Ordem dos Arquitetos. Sr. Deputado, é bom vir à Póvoa de vez em quando...-----

Quanto ao Fórum Eça de Queirós: o Tribunal de Contas não reconheceu as razões que invocamos para o contrato, por ajuste direto com o Arq. Siza Vieira.-----

VEREADORA DE CÂMARA ANDREA SILVA-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Um esclarecimento rápido à Deputada Diana Vianez a propósito da aproximação do Município à comunidade surda. Esta aproximação já começou em 9 de maio de 2018 com a nossa integração num projeto da Área Metropolitana do Porto em que existe um serviço de atendimento que temos disponível de vídeo interpretação de língua gestual denominado SERVIN, que é dos projetos adotados pela MEO, pela APAV, pela Autoridade Tributária. Nós fazemos parte desse projeto.-----

No entanto, numa segunda fase, quando assinamos o Protocolo com a Secretária de Estado Ana Sofia Antunes para a inclusão de pessoas com deficiência e com a abertura do Balcão de Inclusão, percebemos que seria mais uma destas necessidades formar os nossos funcionários e daí com o nosso Departamento de Recursos Humanos programamos, uma formação para os funcionários em língua gestual, para haver uma maior aproximação a estas pessoas com essa dificuldade.-----

Para além disso, programamos também aqui uma parceria e já abordamos a Comunidade Surda, mesmo com algumas rivalidades entre as Associações, para que possamos ter um intérprete de língua gestual em alguns dos momentos que nós consideramos importantes para o Município e para que possamos ter mais

esses momentos inclusivos com a comunidade surda.-----

Temos também um projeto proposto pela Rede Social onde estão todos os parceiros que fazem parte do nosso Município que vai à próxima Reunião de Câmara. É um projeto que vai mais além, não é só dirigido as pessoas da Comunidade Surda, mas também para aquelas pessoas que tem dificuldade auditivas. -----

Ou seja, as pessoas usam um aparelho auditivo, temos identificados através do último registo do INE, 2800 pessoas (mais ou menos) na Póvoa que terão problemas auditivos, nas escolas temos também identificado 10 crianças com essas dificuldades. Criamos então um projeto para que essas crianças / pessoas possam em qualquer dos nossos serviços de atendimento, quer seja nos gabinetes de Ação social, no Atendimento na Loja do Ambiente, quer seja na própria escola, existem uns aparelhos que permitem ligar o *thich oil*, como eles chamam. O ruído à volta fica neutralizado. A pessoa nomeadamente na questão da aprendizagem, consegue ficar mais atento, facilitando a mesma. Esse projeto já está fechado e como disse vai à próxima Reunião de Câmara.-----

Outro motivo de orgulho para o Município da Póvoa foi o reconhecimento recebido ontem via email da Marca Entidade Empregadora Inclusiva e é sinal de estarmos de facto atentos a todas estas necessidades. Para terminar, dizer que as Instituições Sociais da Póvoa têm sido um dos motivos pelas quais eu como Presidente do Conselho Local da Ação Social me orgulho, e que fazem um papel excelente. Não poderiam fazê-lo melhor. Mas o Município tem um papel de suporte e de importante apoio ao trabalho que estas Instituições fazem, nos subsídios e apoio logístico que dá, mas também na interação e no contacto que é feito e, quando diz e quando fala que devemos apoiar, vou nomear aqui por exemplo a questão do Voluntariado, a Bolsa Concelhia de Voluntariado da Póvoa. Este ano já ultrapassou largamente as horas de voluntariado que prestou, já foram mais de 4000 horas que os nossos voluntários prestaram em muitas das nossas Instituições. Todo este apoio faz com que o trabalho seja feito em rede, como o deve ser. Temos mais de 170 voluntários ativos, 4000 horas dadas é a prova esta naturalmente que o Município está atento a esse bom trabalho que as Instituições fazem”.-----

VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL SILVIA COSTA -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Venho de facto falar um bocadinho da situação que tem alarmado tanto as redes sociais, relativamente as árvores que estão localizadas nas traseiras da Igreja Nossa Senhora das Dores. -----

Efetivamente, e fazendo um breve enquadramento, para ficar tudo claro, e para não acharem que nós não fazemos nada, importa referir que temos um Serviço de Gestão dos Espaços Verdes que trabalham muito bem, são excelentes profissionais, mas efetivamente assumimos que não sabemos tudo, portanto, nessa matéria, anualmente lançamos um procedimento para solicitar o apoio de empresas especializadas que nos permitam fazer o acompanhamento fitossanitário e de estabilidade de algum exemplares arbóreos que, pelas suas características de grandes dimensões ou pela localização onde se encontram, carecem de alguma preocupação, pelo menos um acompanhamento mais próximo e um acompanhamento técnico e específico. -----

Temos sentido que atualmente existem muitos especialistas em árvores, mas, de facto, nós gostamos de nos rodear dos melhores dos especialistas e é assim que decorre. -----

Neste caso específico, no largo nas traseiras da Igreja de Nossa Senhora das Dores, temos acompanhado desde alguns anos, precisamente porque estamos a falar de plátanos (temos lá 10 plátanos), que é uma espécie de grandes dimensões tipicamente utilizada em Parques Urbanos, em áreas que possam crescer e com espaço. -----

Na realidade, esses plátanos foram ali instalados numa área exígua, estamos a falar de 10 exemplares que para poderem coexistir naquele espaço, tiveram que ser, ao longo dos anos, condicionados no seu porte. Portanto, foram sujeitos a podas estruturais e podas agressivas para permitir que eles pudessem ali coexistir. -----

Todo este procedimento era comum nas técnicas de arboricultura à data e estão todos familiarizados com isso. O que aconteceu foi que todas essas podas agressivas acabaram por introduzir nos exemplares, podridões, podridões que se foram acumulando ao longo dos tempos criando cavidades ocas em ramos estruturais, em ramos principais e, portanto, atualmente põem em causa a estabilidade dos exemplares. --

Não estamos aqui a falar de uma doença ou de uma praga que afetou todos aqueles exemplares, as pessoas gostam de questionar como é que todos aqueles exemplares ficaram doentes ao mesmo tempo?

Efetivamente, estamos a falar de uma questão estrutural e de um problema estrutural que põe em causa a estabilidade daqueles exemplares. Se pensarmos que naquela envolvente existem casas e onde diariamente passam imensas pessoas, trânsito automóvel, com certeza que pensarão que, no fundo, é responsável fazermos este acompanhamento. Em função dos resultados que este acompanhamento nos

trouzer, tomarmos as decisões mais adequadas.-----

Aproveitando a oportunidade das intervenções naquele largo e tendo em conta as informações decorrentes do acompanhamento dos exemplares arbóreos está prevista a intervenção. Não obstante, solicitamos estudos complementares a duas empresas que são reconhecidas a nível nacional e que trabalham precisamente estas temáticas.-----

Aliás uma das empresas ainda não conseguiu fazer o estudo com a brevidade que gostaríamos porque está a fazer o mesmo estudo nos jardins da Fundação Calouste Gulbenkian.-----

Como são empresas de renome e reconhecidas pelo seu trabalho, tem uma elevado procura, pensamos que durante a próxima semana será desenvolvido o segundo estudo e depois com os dois estudos iremos analisar, também com o parecer da empresa que atualmente nos dá esse acompanhamento, os próximos passos. Sabemos que, à partida, seis dessas árvores estão efetivamente com bastantes cavidades ocas que põem em causa a estabilidade de ramos principais significativos e, portanto, sobre essas não haverá grande dúvida sobre o procedimento a adotar.-----

Dizer-vos também que o Município da Póvoa de Varzim participa, ao longo destes últimos anos, num projeto muito interessante: o projeto “O Futuro: o Projeto das 100 mil Árvores da Área Metropolitana do Porto”, que na realidade excedeu em grande escala as 100 mil árvores previstas, tendo sido plantadas, no Concelho da Póvoa de Varzim, mais de 2.000 árvores, nomeadamente exemplares da floresta autóctone nacional.-----

Não estamos a falar de espécies de árvores de jardim, estamos a falar de espécies autóctones e que aumentam a nossa biodiversidade. Estes exemplares foram plantados, quer na cidade quer nas freguesias e, portanto, estamos no bom caminho!”.-----

VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL LUIS RAMOS -----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Venho falar de mobilidade, dos planos de mobilidade que estão a ser desenvolvidos na Área Metropolitana do Porto, e também aqui no nosso Município, do qual fazem parte o novo concurso público de rede transportes rodoviários. Eu volto aqui a lembrar que neste concurso público a autoridade para o mesmo é a área Metropolitana do Porto, ou seja a batuta está nas mãos deles, e deles são os 17 Municípios que a compõem.-----

Não obstante o acordo e a sintonia de todos os Municípios, a informação pública na Póvoa de Varzim sobre este concurso não é mais nem é menos, que a informação pública dos outros 16. E porquê? Porque esta informação tem um nível sigiloso, não podemos abrir o leque, não podemos abrir o segredo do negócio, digamos assim, porque vai ser um concurso público para prestações de serviços públicos.-----

Mesmo assim, o que é que posso dizer sobre o mesmo: -----

Quanto à auscultação, todos os anos o Município ouve a comunidade escolar sobre o transporte público e sobre o transporte escolar. No início deste processo ouvimos todas as Instituições, ouvimos os Senhores Presidentes de Junta, para sabermos a opinião deles e auscultar dentro das suas freguesias o que eles acham sobre o transporte público.-----

Fizemos um trabalho de casa exaustivo, constituímos uma Unidade Técnica com Vila do Conde, temos um consultor comum para o efeito, fizemos um grande trabalho de casa e andamos até de autocarro a fazer o percurso das linhas que pensamos serem as melhores para a Póvoa de Varzim.-----

Foi feito também uma otimização de todas as linhas que se sobrepõem no nosso concelho e o resultado vai ser muito bom, vamos ter mais oferta no período escolar e fora do período escolar, nos fins de semana e nos feriados.-----

As peças estão prontas, já foram enviadas para a Autoridade Metropolitana dos Transportes que tem que dar o seu aval a sua aprovação e no Conselho Metropolitano deste mês serão aprovados os termos de referência, depois ainda virá aqui a Informação à Assembleia Municipal ... lançado o concurso que nós esperamos que vá levar um ano. Não vamos estar aqui com expectativas altas, porque é um concurso público internacional, será por lotes e um dos lotes será da Póvoa de Varzim e Vila do Conde.-----

Mas não se iludam, nós vamos pagar uma fatura por isso. Nós já temos a funcionar o Passe Metropolitano por 40€ e o Passe Municipal por 30€, ao abrigo do Programa de Apoio Redução Tarifária. Este ano a Câmara Municipal contribuiu com 2%, em 2020 será com 10% e em 2021 com 20%. Agora lanço um repto ao Deputados do Partido Socialista para convencerem o próximo Ministro das Finanças, que todos nós sabemos quem é, para manter ou aumentar a verba disponibilizada pelo Orçamento de Estado para isto, porque se não a fatura vai ser muito cara. Preparem-se para isso. Mas não há volta a dar, vai ser uma revolução nos transportes públicos e todos nós queremos isso.-----

Sobre o passe Sub 13 ou Passe 4/12, já está a funcionar desde 15 de outubro. Todas as crianças que não

usufruem do passe escolar podem pedir uma declaração na sua escola para comprarem o passe Sub 13, essa declaração diz que aquela criança se não estiver abrangida pelo passe escolar pode usufruir e devem se dirigir a uma Loja Andante e comprar o cartão do Andante que custa 6€ e é um passe gratuito Municipal, não é um Passe Metropolitano, é o equivalente ao de 30€.

Também posso dizer que a Área Metropolitana em janeiro e se tudo correr bem, vai migrar os passes dos transportes escolares, os atuais, para o passe Sub 13, mas isso vai depender se todos os operadores do nosso Município comprarem os validadores, porque nem todos têm e nós sobre isso não podemos fazer nada neste momento. Se houver condições, podemos ter o passe Sub 13 para todos. Tentei sei o mais claro possível.”

ORDEM DO DIA:

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 2019-06-19

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação da Assembleia eventuais pedidos de alteração ou correção. Como ninguém pediu a palavra, procedeu-se à votação.

DELIBERAÇÃO

A Assembleia **deliberou**, por unanimidade, aprovar a ata da sessão de 19 de junho do corrente ano, com duas abstenções dos Deputados que não estiveram presentes na reunião.

2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos Deputados presentes se alguém queria intervir sobre a Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município e Situação Financeira do Município.

DEPUTADO TIAGO OLIVEIRA (CDS)

Fez a intervenção que se transcreve:

“Entre os vários assuntos constantes da Atividade Município - uns verdadeiramente informativos, outros de pura e dura promoção pessoal e política (vários, de fazer inveja a muitas revistas “cor de Rosa”), há certamente atividade positiva, mas que eu, apesar de congratular, dispenso para os Srs. Deputados do PSD que se encarregarão, certamente, disso; E não conseguirei abordar todos aqueles que suscitaram dúvidas ou carecem de uma reflexão mais profunda. No entanto, não posso deixar de referir alguns

pormenores que me parecem pertinentes: -----

Dar nota de que, ao ser recordado na leitura da iniciativa “RECICLA-TE” orquestrada pela LIPOR, que o Sr. Presidente de Câmara administra, reacendeu-se-me a memória da batalha que sinto na pele da minha freguesia, mas que é uma batalha comum a praticamente todas as freguesias do concelho. -----

Não podemos ter uma Câmara que continua a encher a barriga de “bom ambiente”, com iniciativas positivas, mas “de jornal”, e assobiar para o lado ao que se passa nas ETAR’S espalhadas pelo concelho, e o que estão a fazer aos nossos rios. -----

Não podemos aceitar que os senhores saibam que a parca abrangência de saneamento nas nossas freguesias é direcionada para ETAR’s que não se encontram em pleno funcionamento; e, onde não há saneamento, muitas vezes assistimos a imagens próprias de séculos passados com as valetas a encanarem águas residuais a céu aberto. -----

Não podemos ter Presidentes de Junta que além de saberem disso (numa responsabilidade que é vossa enquanto Município) mencionam em Assembleias de Freguesia que sabem de ligações diretas de águas residuais ao rio sem tratamento, e nada fazem. -----

Não precisamos de adotar uma postura penalizadora. Podemos muito bem colocar-nos ao lado das pessoas, informá-las e até mesmo utilizar fundos municipais para ajudá-las a resolver os seus problemas com o ambiente. -----

A expressão não é minha, mas está carregada de razão: “Não há planeta B”. Não há mesmo, e não podemos continuar a assobiar para o lado ou a fazer coisas para “inglês ver”. Temos de agir. -----

Outros dois pormenores que me saltaram à vista, que não estão propriamente inseridos no documento da Atividade do Município, mas que dizem respeito à mesma e parece-me pertinente ver esclarecidos têm a ver com o PDM e com o licenciamento de um edifício habitacional em Aver-o-Mar. -----

Sobre o PDM haveria também muito a dizer, no entanto, dar apenas nota da necessidade de esclarecimento de um pormenor em relação a uma zona residencial R2 no limite sul do Concelho entre a A28 e a A7.-----

A referida zona desapareceu com o pedido de alteração do Plano de Urbanização tendo os limites do concelho mudado, como podemos observar ao comparar nos mapas expressos no documento que vos distribuí. -----

Por isso, solicitaria o esclarecimento devido, no sentido de percebermos se se trata de um lapso; se houve

efetivamente cedência ao concelho de Vila do Conde, e se houve: porquê e com que contrapartidas? ----
Relativamente ao licenciamento do Edifício habitacional em Aver-o-Mar, refiro-me ao mesmo, primeiro porque me apercebi, mas também porque considero que devemos também como oposição alertar situações que podem acarretar dissabores futuros seja à autarquia, seja às pessoas, e se possível, evitá-las. -----

Falo de um terreno, em primeira linha de mar, compreendido entre as ruas Joaquim Gomes, José Caetano Lapa, Combatentes da Grande Guerra e a Avenida Jardim da Praia. -----

Como sabemos, a Agência Portuguesa do Ambiente tem “apertado o cerco” a vários concelhos, como é o caso da Póvoa de Varzim, no âmbito dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira. Pelo que soube foi licenciado um edifício habitacional de 3 pisos para o terreno em causa. -----

Faço a questão neste sentido: “Equacionaram bem todas essas limitações e têm a certeza que o licenciamento cumpre as normas e tem parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente? Ou porventura vamos manter alguma teimosia e, como se não bastassem todos os outros casos de polémica, sujeitar mais um edifício às duras relações entre a APA e a Câmara Municipal?” -----

Finalmente, sobre a Requalificação e Conversão do Edifício da Praça de Touros - Arena da Póvoa de Varzim: Sr. Presidente da Câmara, sobre este projeto, como cada vez se torna mais usual e prática corrente da maioria do Executivo Municipal, a propaganda, o anúncio, a antecipação, diríamos mesmo a precipitação, demonstra o conceito que V. Ex^a tem da democracia, dos órgãos democráticos e dos poveiros. -----

Relembramos que no dia da celebração da elevação a cidade da Póvoa de Varzim, inusitadamente, e numa ação de pura propaganda, anunciou a reconversão e requalificação da monumental praça de touros. Para tornar esse ato mais aliciante não se coibiu de apresentar em audiovisual, o projeto, e mesmo uma maquete do futuro novo edifício - dando como certo e definitivo o aludido equipamento e futuramente designado como “ARENA”; anunciando também pela comunicação social que as obras se iriam iniciar mesmo antes de agosto. -----

Com receio da possibilidade de um pedido de realização de uma tourada por uma empresa do setor, mesmo tendo uma deliberação desta Assembleia Municipal no sentido de proibir a realização de Touradas neste concelho, ordenou a técnicos municipais a realização de um estudo que ninguém conhece, sobre uma eventual debilidade estrutural do edifício. Ordenou em simultâneo a destruição das tábuas que

circundavam a arena; querendo fazer crer aos poveiros que a reconversão e requalificação seria uma realidade a curto prazo. -----

Isto tudo sem ter a aprovação da abertura de procedimento concursal; não tendo a aprovação do projeto, mesmo antes de aprovação financeira de tal obra; mesmo antes da revisão do Plano de Pormenor da Zona E54 que se encontra suspensa. -----

Como perguntava alguém, “porquê a pressa?” -----

Neste campo, gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente da Camara se é intenção do Executivo Municipal a manutenção do atual projeto já apresentado, ou se, em face da decisão do Tribunal de Contas ter chumbado a adjudicação do projeto do novo Fórum Cultural Eça de Queirós e da criação da Casa do Associativismo Local a Siza Viera, irá abrir um concurso público? “-----

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE CELEBRAR CONTRATO PROGRAMA COM A FILANTRÓPICA - COOPERATIVA DE CULTURA, CRL -----

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 9 de julho. -----

DEPUTADO JOAQUIM CASTELO BRANCO (CDS)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Relativamente a este projeto nós somos favoráveis, a única questão que posso fazer é uma ressalva relativamente ao documento que está descrito, um clausuro sobre a questão de dizer que, no caso de alienação do imóvel, a Câmara tem preferência dos valores distribuídos em 2017 e este ano. -----

A questão é técnica. Haverá outros casos que pode ser transmitida uma dação em pagamento, ou uma questão de hipoteca e já não teríamos uma alienação, mas a Câmara podia perder garantias. E, para proteção da própria Câmara deveria haver mais garantias nesse clausuro. A advertência é só essa”. -----

DELIBERAÇÃO -----

No exercício da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia **deliberou**, por unanimidade, ratificar a decisão de celebrar Contrato Programa com A Filantrópica - Cooperativa de Cultura, CRL.-----

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE CELEBRAR PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O CENTRO HOSPITALAR PÓVOA DE VARZIM/VILA DO CONDE, EPE-----

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 23 de julho de 2019.-----

DEPUTADA TERESA CASTRO LOPES (PSD)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Há dias em que se faz história!-----

No dia 2 de agosto, a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim realizou um acordo com o Ministério da Saúde para a requalificação e ampliação da unidade local do centro hospitalar Póvoa de Varzim /Vila do Conde (CHPVVC). -----

A celebração deste protocolo representou o culminar de um processo complexo, que envolveu a tutela, e consolida um investimento total, entre capitais do Governo e da autarquia, próximo dos cinco milhões de euros. O Ministério da Saúde avança verba de 3,5 milhões de euros, cabendo ao Município da Póvoa de Varzim 1,5 milhões de euros. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Eng. Aires Pereira, considerou como “Histórico” este acordo com o Ministério da Saúde afirmando: “É o corolário de um processo muito longo. Sempre defendi esta solução. Penso que em definitivo, deixamos de andar com o “coração nas mãos” a pensar que poderíamos perder valências. Para além de melhorar o funcionamento do nosso Centro Hospitalar, com mais e melhores condições para os utentes e para os profissionais que lá trabalham, o projeto vai permitir receber novas especialidades. Vamos continuar a prestar excelentes cuidados de saúde, com melhores condições de atendimento e melhores condições para os profissionais, e isso é que importa”. -----

A verba reflete o montante global do investimento previsto, nesta primeira fase, para as duas unidades do CHPVVC. E o projeto contempla a ampliação da unidade de saúde às antigas oficinas militares, propriedade da autarquia poveira, onde vai passar a funcionar as consultas externas, vai permitir a implementação de novas valências e melhorar consideravelmente o funcionamento do serviço de urgência. Ou seja, no terreno contíguo à Unidade da Póvoa de Varzim vai nascer - numa primeira fase - um novo edifício destinado às consultas externas e que permitirá acomodar mais de 30 novos consultórios, salas para exames e colheitas, entre outras construções preparatórias para o início da 2.ª fase. -----

Como nos disse o Presidente da Câmara, “será feita a requalificação das antigas oficinas militares, que pertencem ao Município e que terão mais um piso e a construção de uma ligação ao edifício do hospital.

Com isso, as consultas externas passam para o edifício contíguo ao hospital, permitindo melhores condições para o serviço de urgência”.

E ...

a nova fase da História do CHPVVC começa aqui!

Vamos assinalar o Parto 1000 de 2019 e a Chegada do Bebê Miguel

O Serviço de Obstetrícia do Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim - Vila do Conde registou no sábado, 5 de outubro, a ocorrência do Parto 1000 de 2019.

O bebê Miguel - o nosso simbólico Bebê 1000 de 2019 - nasceu às 12h22.

Os pais vivem na Aguçadoura e a Enfermeira Especialista que acompanhou o parto, Enf.ª Marta Vareiro, é de Vila do Conde.

Uma coincidência que simboliza a união permanente das duas unidades do Centro Hospitalar.

Neste acontecimento, repleto de simbolismo, destaca-se ainda a circunstância de o Parto 1000 de 2019 ter ocorrido, sensivelmente, dois meses mais cedo do que idêntico acontecimento registado em 2018, com o Parto 1000 a chegar, na altura, já no término do ano.

O momento, também simbólico, de felicitação dos pais e de boas-vindas ao pequeno Miguel, decorreu no domingo, dia 6 de outubro, pelas 15h00, na unidade da Póvoa de Varzim do Centro Hospitalar, com a presença dos membros do Conselho de Administração do CHPVVC e os autarcas presidentes da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e da Câmara Municipal de Vila do Conde, respetivamente Eng. Aires Pereira e Dra. Elisa Ferraz.

O Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde (CHPV/VC) festeja, até porque o aumento consolidado dos nascimentos dá "mais do que motivos para sorrir": 76% em quatro anos, 25% só no último ano. O segredo? A proximidade, o respeito pelas opções dos pais, a humanização do momento. O Plano de Parto da Póvoa de Varzim atrai casais de todo o país, viajam do Algarve, Lisboa, ou Vila Real para o hospital.

O Eng Aires Pereira no momento, referiu que tendo sido atingida a meta dos mil partos que “este ano devemos chegar aos 1300 partos, um número importante para a sustentabilidade do nosso hospital. Destacou o especial empenho e dedicação de Irene Cerejeira, enfermeira chefe do Serviço de Obstetrícia e Ginecologia e a excelência do trabalho realizado, que é fruto "da dedicação e do profissionalismo da

equipa", salientando a estreita relação que o Município mantém com o Centro Hospitalar e de como enquanto responsável político com 32 anos de poder local, tem atuado na defesa da unidade de saúde. Assumindo a disponibilidade da Câmara Municipal para a prossecução deste trabalho de afirmação do nosso Centro Hospitalar, nomeadamente com o início da nova fase afirmou que "é motivo de grande satisfação podermos continuar a contar convosco, com o vosso profissionalismo e inovação". -----

E porque a saúde é o setor que mais afeta a vida das pessoas, elogio todos os profissionais do Centro Hospitalar PV/VC pelo excelente serviço que prestam à Póvoa, e a autarquia, que se preocupou sempre em ser um aliado no desenvolvimento do CHPVC, confirmando-o com este protocolo da cedência de espaço e o terreno que vai permitir o hospital crescer em termos de dimensão e tratar os doentes com mais qualidade e segurança. -----

E termino com as palavras do senhor presidente da Câmara Municipal "procurei defender intransigentemente a prestação de cuidados de saúde às nossas populações. Foi um processo longo e desgastante, muitas vezes deu vontade de baixar os braços, mas as pessoas não nos perdoariam se isso acontecesse". -----

DEPUTADO EDUARDO GASTÃO (PS) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

"A primeira palavra que me ocorre já que falo em nome do Partido Socialista e não individualmente deste assunto, é de satisfação por ter sido possível finalmente celebrar este tipo de Acordo.-----

Em segundo lugar, quero deixar naturalmente uma palavra de cumprimentos e felicitação ao Senhor Presidente de Câmara porque sabemos do seu empenho em atingir este objetivo.-----

Mas sem querer abrir qualquer espécie de polémica, gostaria de sublinhar e deixar aqui algumas notas quanto ao empenhamento que pela parte do PS sempre houve, na defesa intransigente do Centro Hospitalar e manutenção das suas valências e da necessidade de efetivamente operar naquele Edifício uma profunda remodelação, com vantagens para os profissionais que lá trabalham, a quem é devida uma palavra de muito reconhecimento. -----

Os profissionais que lá trabalham poderão desenvolver de uma maneira mais profícua e mais eficiente o seu trabalho. -----

Provavelmente, muitos dos que estão aqui presentes conhecem verdadeiramente aquele edifício por

dentro. Conhecem as condições em que se trabalha, aquilo que se chama habitualmente o antigo quartel. E é preciso um grande espírito de dedicação, diria de sacrifício, para se trabalhar de uma maneira minimamente eficaz naquelas condições. -----

O que eu pretendia neste momento realçar é que ao longo dos anos, o PS teve sempre essa preocupação. Deixaria aqui, umas notas soltas sobre as várias iniciativas que tomamos, quer desenvolvendo contactos com o Conselho de Administração, quer promovendo conferências de imprensa, quer tendo feito aqui várias intervenções, quer tendo trazido em visita ao Centro Hospitalar os Deputados da Comissão Parlamentar de Saúde do Partido Socialista. Refiro-me a algo que aconteceu, salvo erro em 2016/2017. Conferências de imprensa, comunicados, participações aos quais fomos solicitados no conhecido programa da Praça do Almada. E, portanto, em todas essas alturas e nessas ocasiões, às vezes em rota de colisão com aquilo que é o Poder Central, aliás em algumas ocasiões em aberta rota de colisão, recordo o episódio da tentativa da desclassificação do serviço de urgência. -----

Portanto, sentimos que ao longo destes últimos anos, demos um contributo e fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para que este objetivo agora alcançado fosse efetivamente conseguido. -----

As preocupações do PS com o Centro Hospitalar não começaram nesta Assembleia e ou por sugestão vinda já do Município. Na realidade, nós demos o nosso acordo para que o Município contribuísse, quer financeiramente quer em espécie, para que estas obras fossem possíveis. -----

Não quero também deixar em claro que a inscrição da verba para a realização das obras naquilo que diz respeito ao financiamento vindo do Estado, resulta concretamente do Orçamento do Estado, o que tem a sua importância, porque no chamado plano de investimentos em saúde da administração central existem alguns projetos que carecem de financiamento comunitário e, por conseguinte, todos nós teremos mais ou menos uma noção de como por vezes esses processos se complicam e fazem atrasar a sua materialização. -----

Neste caso à custa do Conselho de Ministros, que em maio deste ano aprovou para esse plano a verba que está consignada para o Centro Hospitalar. É uma verba que vem diretamente do Orçamento do Estado e que vai ser repartida em duas tranches ao longo do próximo ano e deste ano. -----

Temos neste momento sobejos motivos para estarmos satisfeitos. -----

Não queria, contudo, deixar de anotar, de referir outra questão. -----

Vamos todos ver o desenrolar destas obras. Não sou especialista nesta matéria, como sabem, mas elas são de facto complexas. Trata-se de entrevir num edifício muito antigo e que terão que ser feitas de uma forma que não só remodelem o edifício, mas simultaneamente não criem qualquer espécie de paralisação no funcionamento normal do Hospital. Vai exigir, perdoem-me a expressão, uma intervenção cirúrgica minuciosa e que tem que ter em linha de conta todos estes dois objetivos. Claro que vamos votar favoravelmente neste ponto” .-----

DEPUTADO JOÃO MARTINS (CDU)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Sobre este tema, é sobejamente conhecida a posição da CDU, votaremos, naturalmente a favor, e com uma enorme satisfação com a celebração do protocolo, pelos poveiros e pelos profissionais que trabalham no Hospital.-----

Há décadas que defendemos a reabilitação do nosso Hospital e nunca “atiramos a toalha ao chão” na defesa deste tema; nem mesmo quando nos diziam que era inevitável o fecho do Hospital; quando nos diziam que já existe o Hospital Pedro Hispano; quando nos diziam para quê defender fazer obras? Temos que defender é a construção do novo Hospital; para quê obras? Se já existe o Hospital do Senhor do Bonfim, etc...-----

Mas, caros poveiros, infelizmente, nem todas as forças políticas aqui representadas tiveram o discernimento de apoiar essa luta. -----

Já nós, intervimos ao nível da Assembleia de Freguesia, ao nível da Assembleia Municipal, ao nível da Assembleia da República, na defesa intransigente das obras de reabilitação e melhoramento do atual Hospital; apoiamos as iniciativas da Comissão Utentes, e estivemos em concentrações e vigílias, onde aliás também esteve presente o Sr. Presidente da Câmara. -----

Por isso, e como sempre faço questão de salientar, nós não somos uma oposição do contra pelo contra. Temos maturidade e experiência autárquica suficiente para aqui saudar o papel fundamental e proativo que teve a Presidência nesta difícil e persistente reivindicação. De facto, a cedência dos dois prédios e a atribuição de uma contribuição de um milhão e meio de Euros para as obras de reabilitação, adaptação e ampliação do nosso Hospital público é uma opção política de enaltecer, seria bem mais fácil optar por uma PPP como outros defendiam. -----

A defesa e valorização da saúde pública é, para nós, sempre motivo de satisfação.-----

Quero aqui lembrar que não obstante a reabilitação do atual Hospital, nós não deixaremos de continuar a lutar pela construção do novo Centro Hospitalar Póvoa / Vila do Conde”.-----

DEPUTADO JOAQUIM CASTELO BRANCO (CDS)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Relativamente a este assunto o CDS irá votar a favor. Efetivamente era necessário e ainda bem que este protocolo foi assinado.-----

E ainda bem que há verbas para se fazer a recuperação do hospital.-----.

É lógico que nós sempre defendemos e continuamos a defender que na nossa ótica seria ter um hospital de raiz.-----

Quem sabe se futuramente isso possa ser possível. E, ainda agora foi dito que conhecem o hospital por dentro e por fora. É um edifício velho e que não estava preparado para ser um hospital. Foi requalificado, foram feitas obras nesse sentido e tem funcionado, mas não é um hospital de raiz como existem muitos por este País.-----

Quem sabe que daqui a uns anos haja essa possibilidade, e, isto prende-se com a minha intervenção, porque eu acho que todas as forças políticas aqui presentes nesta Assembleia sempre defenderam que não devíamos perder o hospital nem valências; nesse aspeto, acho que ninguém queria a perda e a saída do hospital daqui.-----

Aqui não está a questão do protocolo em si, mas com uma questão da defesa do património da Câmara. - Se lermos o protocolo aprovado, diz que isto é feito por comodato de 50 anos, renovado automaticamente por mais 50.-----

50 anos é muito tempo, 100 anos é muito mais e como dizia alguém - longos dias tem 100 anos.-----

Se analisarmos o regulamento, eu não estarei cá daqui a 50 anos, a 100 não estarei efetivamente.-----

Agora analisando a questão do comodato deveria existir uma cláusula em que diga caso, daqui 20, 30 anos seja construído um hospital novo por alguma razão, que o hospital saia dali e que automaticamente aqueles edifícios passem para a propriedade plena da Câmara, para a posse da Câmara.-----

Uma cláusula nesse sentido não está expressa no protocolo.-----

Como disse em relação a Filantrópica seria muito mais seguro para a Câmara”.-----

PRESIDENTE DE CÂMARA AIRES PEREIRA-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Não vou demorar muito. Apenas uma pequena nota, suscitada pela intervenção do Sr. Deputado Eduardo Gastão.-----

Quero frisar que, na assinatura do protocolo, fiz questão que estivessem presentes dois deputados, um da CDU e outro do PS, que tiveram papel importante pelo esforço que fizeram para que chegássemos àquele momento. -----

Mas quero, como então disse, salientar o papel preponderante e decisivo da Sra. Ministra da Saúde, a que bastou uma visita ao nosso Centro Hospitalar para perceber como com pouco podíamos fazer muito. Sem essa perceção, que a Sra. Ministra imediatamente teve, não estaríamos hoje aqui a aprovar este protocolo.

DELIBERAÇÃO-----

No exercício da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia **deliberou**, por unanimidade, ratificar a decisão de celebrar Protocolo de Cooperação com o Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE.-----

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO SMART WASTE PORTUGAL --

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 23 de julho de 2019.-----

DELIBERAÇÃO-----

No exercício da competência que lhe é conferida pela alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), a Assembleia **deliberou**, por maioria, com três votos contra, dos Deputados Municipais eleitos pelo BE, pelo PAN e pela CDU, aprovar a adesão do Município à Associação Smart Waste Portugal. -----

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO NORMAL A GRANEL E DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS EMERGENTES DO CONTRATO A CELEBRAR

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 6 de agosto de 2019.-----

DELIBERAÇÃO-----

No exercício da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e nos termos e para os efeitos previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a Assembleia **deliberou**, por unanimidade, ratificar a decisão de abertura de procedimento de consulta prévia para fornecimento de gasóleo a granel e, bem assim, autorizar a assunção dos encargos decorrentes da adjudicação. -----

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA UNIFICADO DE COMUNICAÇÕES VOIP E DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS EMERGENTES DO CONTRATO A CELEBRAR-----

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 6 de agosto de 2019.-----

DELIBERAÇÃO -----

No exercício da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e nos termos e para os efeitos previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a Assembleia **deliberou**, por unanimidade, ratificar a decisão de abertura de concurso público para aquisição de um sistema unificado de comunicações VOIP e, bem assim, autorizar a assunção dos encargos decorrentes da adjudicação. -----

8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DA OBRA DENOMINADA “AMPLIAÇÃO DA ESCOLA NOVA DA PÓVOA DE VARZIM” E DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS EMERGENTES DO CONTRATO A CELEBRAR-----

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 10 de setembro de 2019.-----

DEPUTADO JOÃO MARTINS (CDU) -----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Naturalmente que votaremos a favor da obra de ampliação da Escola Nova. E congratulámo-nos com a conclusão das obras da EB1 da Aldeia na Aguçadoura e da EB1 do Teso na Estela. -----

Porém, não posso deixar de aproveitar para questionar o Sr. Vice-Presidente sobre as obras urgentes

noutros estabelecimentos escolares. -----

Assim, para quando as obras no pavilhão da EB1 da Giesteira? -----

Para quando a retirada do amianto na EB1 da Pedreira? É verdade que o Jardim de Infância da Pedreira irá ser encerrado definitivamente? -----

DELIBERAÇÃO-----

No exercício da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e nos termos e para os efeitos previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a Assembleia **deliberou**, por unanimidade, ratificar a decisão de abertura de concurso público para adjudicação da empreitada da obra denominada “Ampliação da Escola Nova da Póvoa de Varzim” e, bem assim, autorizar a assunção dos encargos decorrentes da adjudicação.-----

9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM -----

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 26 de setembro de 2019.-----

DELIBERAÇÃO-----

No exercício da competência que lhe é conferida pelo artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), a Assembleia **deliberou**, por unanimidade, aprovar a proposta de Alteração do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim. -----

10. RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, ELABORADO PELA ESTEVES & PINHO, SROC, LDA. -----

DEPUTADO EDGAR TORRÃO (PS) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Felizmente temos esses instrumentos de gestão semestrais que permitem com este relatório do revisor Dr. Luís Esteves, que saúdo, penso que está ainda aí na sala, relativamente ao Relatório do Revisor algumas questões e se possíveis obter resposta da Câmara, agradecia.-----

Em primeiro lugar o Senhor Revisor refere que o imobilizado em curso da Câmara Municipal que assiste algum atraso na sua passagem usado em firme. -----

Neste momento, o Município tem cerca de 20,8 Milhões de euros imobilizado em curso e o Revisor aponta

o facto no seu relatório que há atrasos na passagem de imobilizado a firme, ou seja, indicia que o imobilizado já está em uso, e estando em uso já deveria estar a gerar amortizações, mas eu gostava de alguma explicação sobre o porquê do imobilizado em curso. -----

Só queria saber a razão das obras em curso ainda não terem passado para imobilizado. -----

Relativamente à redução de impostos, estamos a falar de um relatório semestral. Assiste alguma prudência naturalmente, uma vez que ainda falta uma execução de seis meses; mas assistimos com alguma preocupação a descida de impostos diretos cerca de 1 milhão que foi compensado pelos impostos diretos, mas aparentemente haverá uma descida das taxas de loteamento e se isto é meramente conjuntural ou se há indício de redução da atividade nessa área no Município. -----

Relativamente aos aumentos dos fornecimentos e serviços externos assistimos com alguma preocupação um aumento de cerca de meio milhão de euros, em eventos da Câmara Municipal, presumimos nós que são algumas das festas que a Câmara Municipal vai promovendo no Município, gostávamos de perceber se este aumento apesar de estar acomodado no orçamento, se é um aumento que tenha uma projeção para o fim do ano se estão mais concentrados no primeiro semestre e não se repercutirá para o segundo semestre, que são 0,5 milhão de euros que justificam o aumento nesta rubrica. -----

Também assistimos com alguma preocupação ao facto de a margem bruta da água ter descido. Parcialmente desceu porque houve uma acumulação no preço da água, esta acumulação não foi repercutida no valor da água dos Municípios, houve depois uma diminuição de 1.5% que foi referido pelo Revisor a título de perdas de água. -----

Gostávamos de perceber se o Município de facto sabe o quê que está a acontecer a nível de perdas de água que justifique este abaixamento da margem e o quê que está a fazer para evitar essas perdas de água e no fim somos todos nós que pagamento é o orçamento da Câmara. -----

E por fim dar uma pequena nota que as receitas de capital com uma execução muito baixa cerca de 24%, mas sabemos bem que estas receitas de capital são de muito difícil execução!" -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, AIRES PEREIRA -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Duas notas muito simples. A primeira sobre o estado de alguns dos nossos investimentos. Só com o avanço das obras é possível acedermos às verbas que lhes estão alocados. E dou três exemplos muito

simples: - o caso da Escola de Aver-o-mar, cujo atraso, relativamente à sua programação física e financeira (superior a 2 milhões de euros) está a ser recuperado; -----

- a obra do saneamento de Rates, cujo início está atrasado pelo menos um ano e meio, devido à oposição de um concorrente que, apesar de apresentar garantias falsas, se atreveu a recorrer para o Tribunal Administrativo - e o caso da Escola Dr. Flávio Gonçalves, também já com desvio significativo, onde esperamos não ter de proceder como em Aver-o-Mar. -----

Quanto aos impostos, lembro que o Plano de Urbanização suspendeu todo o processo de licenciamento, pelo que há grandes projetos à espera de licenciamento. -----

Quanto à questão dos 500 mil euros de que há pouco falou, tem sobretudo a ver com eventos, com a limpeza da faixa de gestão de combustíveis para prevenção de incêndios, com o Correntes D'Escritas (que este ano, o 20º, teve um orçamento superior), com o S. Pedro, com os Dias do Parque...É aqui que está a justificação desse montante. -----

DELIBERAÇÃO -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório sobre a situação económica e financeira do Município. -----

ENCERRAMENTO -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a Assembleia quando eram 00:30 horas. -----

De tudo para constar se lavrou a presente ata. -----

E eu,, Maria Paula da Costa Fernandes Macedo e trabalhadora da Autarquia designada para lavrar as atas das sessões da Assembleia Municipal, a redigi, subscrevo e vou assinar. -----
